



SPRINGS GLOBAL PARTICIPAÇÕES S.A. (em recuperação judicial)

CNPJ/MF – 07.718.269/0001-57

NIRE 3130002243-9

Companhia Aberta

Senhores Acionistas,

A Administração da Springs Global Participações S.A. submete à apreciação de Vossas Senhorias seu Relatório da Administração e Demonstrações Financeiras referentes ao exercício de 2023. Tais demonstrações, elaboradas de acordo com as Normas Internacionais de Relatórios Financeiros (IFRS), bem como com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas expedidas pela CVM, vêm acompanhadas por parecer dos Auditores Independentes.

Recuperação Judicial

Em 8 de maio de 2024, a Springs Global e suas controladas comunicaram ao mercado que receberam, no final da semana anterior, notificação enviada por Odernes Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia (“ODERNES”) para elas, a controlada Coteminas S.A. (Coteminas) e outras empresas do Grupo, em que alegou vencimento antecipado da dívida representada pelas debêntures emitidas pela controlada indireta Ammo Varejo S.A. (AMMO) em 30 de maio de 2022 e como suposta consequência do vencimento antecipado, ODERNES pretende executar as ações de emissão da controlada indireta AMMO, de titularidade da controlada Coteminas e ainda que sejam transferidas em seguida a totalidade dessas ações para a empresa Jericoacoara Participações S.A. por valor irrisório.

A controlada Coteminas, por sua vez, contranotificou ODERNES informando não terem se configurado o vencimento antecipado da dívida representada pelas Debêntures, muito menos a possibilidade de serem executadas as ações da controlada indireta AMMO ou a transferência de tais ações para qualquer outra empresa.

Adicionalmente, conforme já amplamente informado, desde o fim da pandemia, as Companhias vêm tendo seus negócios negativamente

impactados pela combinação de fatores adversos que acarretaram dificuldades financeiras.

Neste contexto, com o objetivo de garantir a preservação das atividades empresariais e de ativos da Companhia e suas controladas, que ficariam sujeitas a dano irreparável, as Companhias obtiveram deferimento, em sede liminar, do pedido de recuperação judicial, para si e outras empresas do grupo.

Em 26 de julho de 2024, após procedimento de constatação prévia, foi deferido o processamento da Recuperação Judicial em despacho de 25 de julho de 2024.

O quadro abaixo demonstra a composição dos passivos da Companhia, de forma consolidada, incluídos no pedido de recuperação judicial, avaliados na data do pedido:

Classe de crédito	
(Lei 11.101/2005)	R\$ milhões
Trabalhista	106,1
Garantia Real	379,1
Quirografário	344,7
ME e EPP	8,5
Não sujeito	597,7
Fiscal	410,5

	1.846,7
	=====

Em 26 de setembro de 2024, a Companhia e demais empresas do Grupo apresentaram seu Plano de Recuperação Judicial ("PRJ") nos autos do respectivo processo e conforme art. 53 da Lei nº 11.101/2005. As principais medidas previstas no PRJ envolvem: (i) reestruturação do passivo das companhias, (ii) alienação de bens e constituição de unidades produtivas isoladas, (iii) distribuição aos Credores de parte dos resultados líquidos auferidos na venda de ativos e unidades produtivas isoladas; (iv)

possibilidade de captação de novos recursos pelas companhias para a implementação da retomada operacional; e (v) a preservação de investimentos essenciais para a manutenção das atividades das companhias, além da (vi) criação de fundo de investimento imobiliário (FII) para fins de dação em pagamento das respectivas cotas para fins de pagamento de parte dos credores.

A Companhia vem avançando nas negociações com seus credores e providenciando os documentos relacionados ao seu PRJ no intuito de possível realização da assembleia geral de credores (“AGC”) em 2025. No entanto, até a divulgação destas demonstrações financeiras, os termos finais do PRJ, assim como de eventuais acordos de apoio ao plano, entre a Companhia e seus principais credores financeiros, ainda se encontram em tratativas.

Sobre a Companhia

A Springs Global Participações S.A. (Springs Global) é uma empresa do segmento Lar & Decoração, líder em produtos de cama, mesa e banho, detentora de marcas tradicionais e líderes em seus segmentos de atuação no mercado, estrategicamente posicionadas de forma a atender eficientemente a clientes de diferentes perfis sócio econômicos.

Nossas marcas possuem alta taxa de conhecimento entre consumidores e especialistas, sendo referência de qualidade no setor. No Brasil, as principais marcas comercializadas pela Springs Global são: Santista, Artex, MMartan e Casa Moysés. Na Argentina, possuímos as marcas Palette, Arco-Íris e Fantasia, que são líderes de mercado.

A produção da Springs Global é verticalmente integrada, desde a fiação, passando pela tecelagem, preparação, tinturaria, estamparia, acabamento e confecção, com oito plantas no Brasil, e uma na Argentina. Todas possuem alto grau de automatização e flexibilidade.

Os produtos comercializados pela Springs Global no atacado são classificados como: (a) cama, mesa e banho (CAMEBA), e (b) produtos intermediários. A linha de CAMEBA inclui lençóis e fronhas avulsos, jogos de lençóis, toalhas de mesa, toalhas de banho, tapetes e acessórios para o banheiro. Produtos intermediários são fios e tecidos, no seu estado natural ou tintos e estampados, vendidos para pequenas e médias confecções, malharias e tecelagens.

A Companhia distribui seus produtos através dos canais de atacado, em todos os seus mercados de atuação, e no varejo monomarca, no Brasil. A Companhia também comercializa produtos de terceiros, através de parcerias, nas suas lojas *online*.

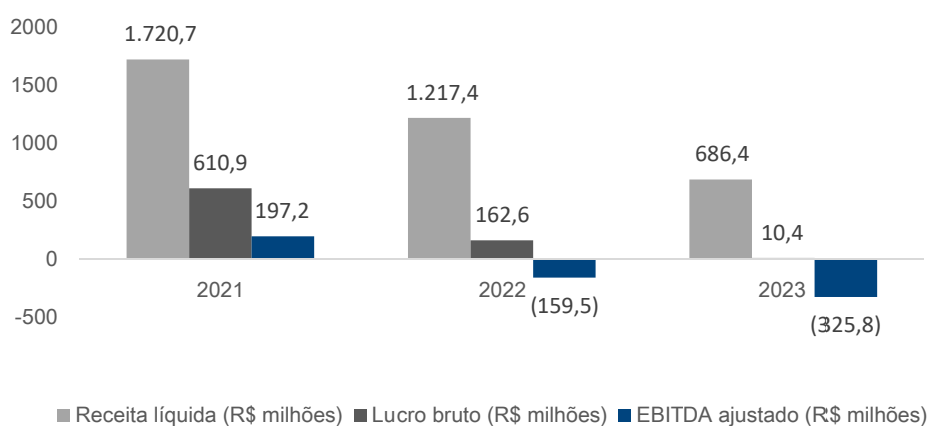
Desempenho financeiro¹

A Springs Global apresentou, no ano de 2023, receita líquida consolidada de R\$ 686,4 milhões, com decréscimo de 31,0% em relação ao ano de 2022, com margem bruta de 1,5%.

Houve redução das operações em 2023, com paradas programadas nas unidades fabris, resultando em custo de ociosidade igual a R\$ 221,4 milhões.

O lucro bruto totalizou R\$ 10,4 milhões em 2023, com redução de R\$ 152,3 milhões, ou 93,6%, entre anos. A geração de caixa, excluindo itens não recorrentes, medida pelo EBITDA ajustado, alcançou R\$ 325,8 milhões negativo, com margem EBITDA ajustado de -47,5%. O prejuízo totalizou R\$ 1,1 bilhão.

Indicadores financeiros em R\$ milhões



Reconciliação EBITDA

¹ As informações financeiras e operacionais contidas neste Relatório de Administração, exceto quando de outra forma indicado, estão em Reais e consolidadas de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil, que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade (*International Financial Reporting Standards - IFRS*).

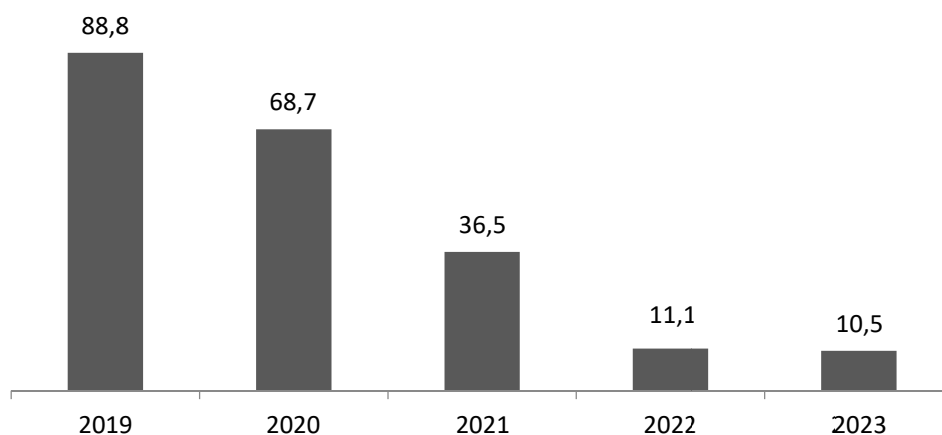
Em R\$ milhões	2023	2022
Lucro (prejuízo) líquido	(1065,9)	(630,8)
(+) Imposto de renda e contribuição social operação	12,5	24,1
(+) Resultado financeiro operação	364,2	357,0
(+) Depreciação e amortização	92,8	98,2
EBITDA	(596,5)	(151,5)
(-) Resultado de venda de ativo	7,7	(2,4)
(+) Provisão para perda esperada com créditos de liquidação duvidosa	16,4	28,8
(+) Provisão para perdas com estoques	(12,8)	23,8
(+) Provisão para ganhos (perdas) em ativos	156,9	7,0
(+) Outras Provisões	105,3	0,0
(-) Variação do valor justo de propriedades para investimento	(2,9)	(65,3)
EBITDA ajustado	(325,8)	(159,5)

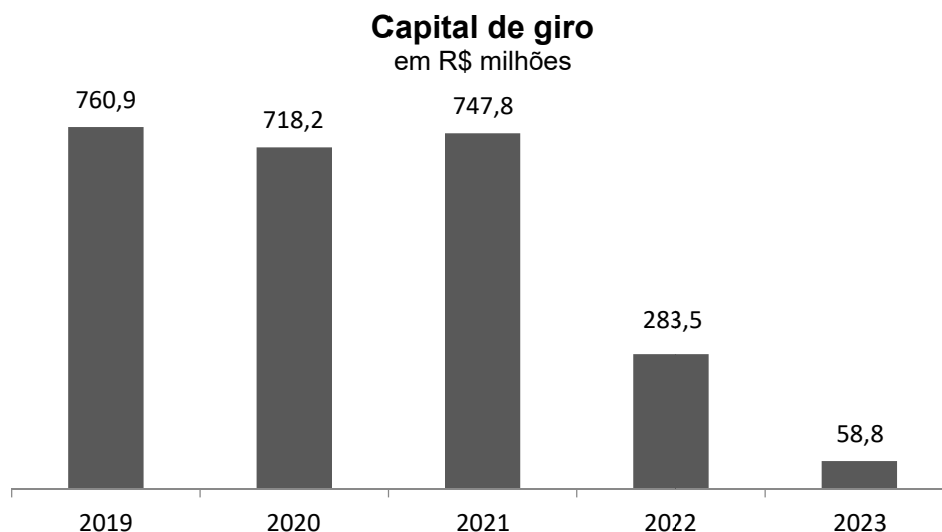
Investimentos e capital de giro

Os investimentos de capital somaram R\$ 10,5 milhões em 2023, versus R\$ 11,1 milhões em 2022.

As necessidades de capital de giro totalizaram R\$ 58,8 milhões no final de 2023, sendo 79,3% inferior ao registrado no final de 2022.

Investimentos em R\$ milhões





Dívida e indicadores de endividamento

A dívida líquida ajustada da Springs Global, excluindo saldo de debênture conversíveis em ações da controlada AMMO Varejo S.A. (“AMMO”), era de R\$ 815,6 milhões em 31 de dezembro de 2023, ante R\$ 590,0 milhões em 31 de dezembro de 2022. Em 2023, fizemos amortizações de R\$ 195,1 milhões e renovamos ou fizemos novas captações de R\$ 169,0 milhões.

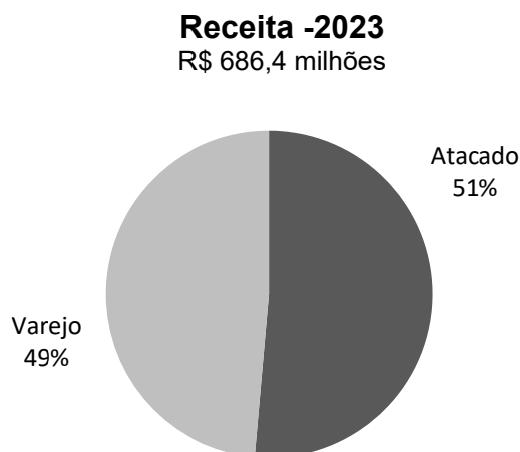
Diante o não cumprimento de certos índices financeiros, houve renegociações em 2024 para manter os vencimentos originais de certos empréstimos, cujas parcelas de longo prazo, no valor de R\$ 308,8 milhões, foram reclassificados para o passivo circulante no balanço de 31 de dezembro de 2023.

Diante do não cumprimento de certos índices financeiros relativos às debêntures da controlada Coteminas S.A., as parcelas de longo prazo dessas debêntures, no valor de R\$ 122,5 milhões, foram reclassificadas para o passivo circulante no balanço patrimonial de 31 de dezembro de 2023.

Em 31 de dezembro de 2023, diante de obrigação (“covenant”) não cumprida, a controlada AMMO VAREJO S.A., apresentou as parcelas de longo prazo dessas debêntures, no valor de R\$ 232,1 milhões, no passivo circulante no balanço patrimonial. Exceto pelo não cumprimento dessa obrigação não pecuniária, a controlada AMMO VAREJO S.A. está adimplente com suas obrigações contratuais.

Desempenho por segmento de negócio

A partir de 2020, Springs Global passou a apresentar seus resultados segregados nos seguintes segmentos de negócio: (a) Atacado, e (b) Varejo.

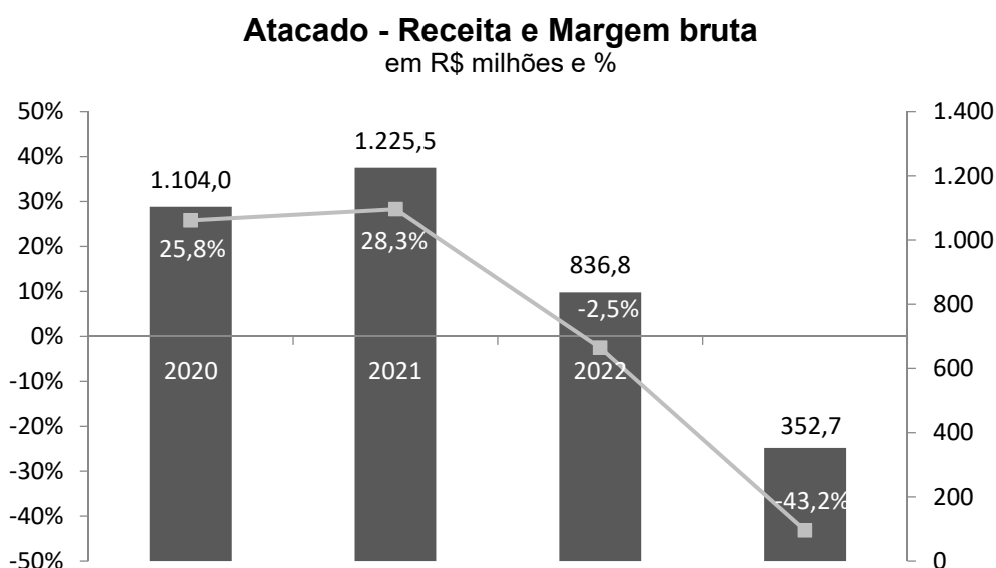


Atacado

A receita líquida do segmento de negócio Atacado alcançou R\$ 352,7 milhões em 2023, com redução de 57,9% em relação ao ano de 2022.

Houve redução das operações nos anos de 2022 e 2023, com paradas programadas nas unidades fabris, resultando em custo de ociosidade igual a R\$ 175,1 milhões em 2022 e R\$ 221,4 milhões em 2023.

O prejuízo bruto somou R\$ 152,3 milhões, com redução de R\$ 131,0 milhões entre anos. A margem bruta foi de -43,2%, *versus* -2,5% em 2022.



Varejo

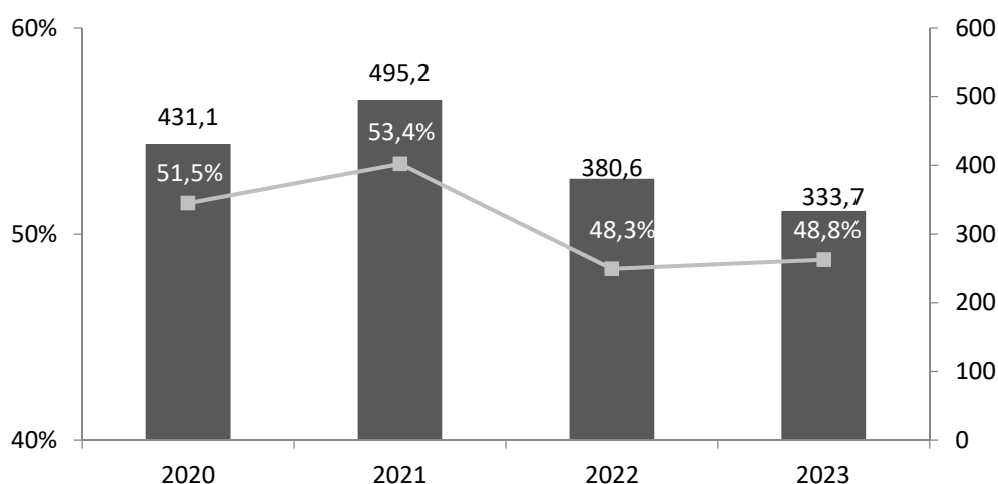
A receita líquida somou R\$ 333,7 milhões em 2023, com redução de 12,3% entre anos.

A receita *sell-out* (GMV) do segmento de negócio Varejo totalizou R\$ 635,3 milhões em 2023, com redução de 10,5% entre anos.

No final de 2022, tínhamos 255 lojas, das quais 76 próprias e 179 franquias, ante 245 lojas no final de 2022. Em 2023, ampliamos a rede MMartan em oito lojas e a rede Artex em duas lojas.

O lucro bruto somou R\$ 162,7 milhões, com margem bruta de 48,8%.

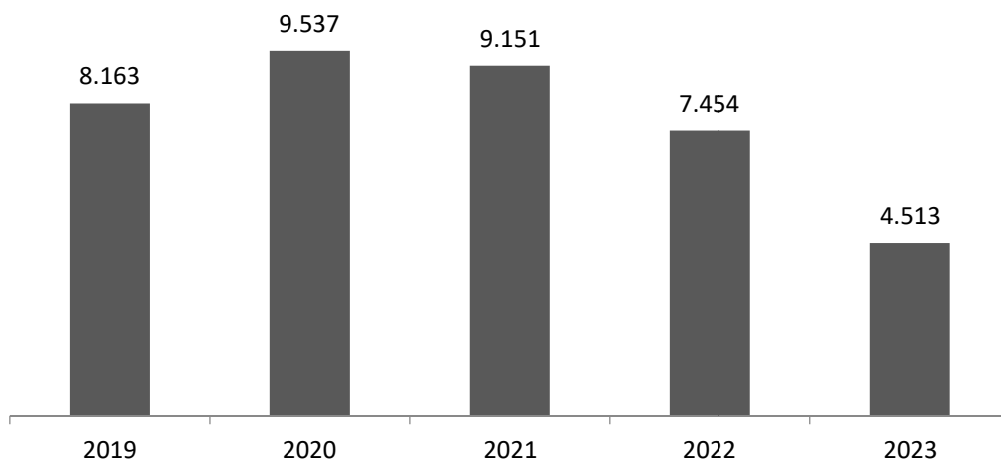
Varejo - Receita e Margem bruta
em R\$ milhões e %



Recursos Humanos

No final de 2023, tínhamos 4.513 colaboradores diretos, dos quais 3.991 no Brasil e 522 no exterior, ante 7.454 no final de 2022. A variação do número de colaboradores, entre anos, está relacionada à redução da produção das nossas unidades industriais.

Número de colaboradores



Estrutura acionária

No início e no final de 2023, o capital social votante e total da Springs Global era constituído de 50.000.000 ações ordinárias, sendo o *free float* igual a 46,8%.

Em Assembleia Geral Extraordinária de acionistas da Companhia, realizada em 29 de maio de 2024, foi aprovado o grupamento da totalidade de ações de emissão da Companhia na proporção de 5 ações para 1 ação da mesma espécie sem modificação do valor de seu capital social.

Relacionamento com auditores independentes

Em 2023, a Companhia não contratou nenhum outro serviço de auditores independentes que não os relacionados aos trabalhos de auditoria.

Agradecimentos

Cumpre-nos apresentar agradecimentos aos clientes, aos colaboradores, aos fornecedores, aos acionistas, às entidades financeiras, às excelentíssimas autoridades, às entidades de classe, e a todos os que contribuíram, direta ou indiretamente, para a consecução dos nossos objetivos estratégicos e sociais.

A Administração.

Springs Global Participações S.A.

(em recuperação judicial)

Demonstrações Financeiras
Individuais e Consolidadas
Referentes ao Exercício Findo em
31 de Dezembro de 2023 e
Relatório do Auditor Independente

BDO RCS Auditores Independentes

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos

Acionistas, Conselheiros e Diretoria da
Springs Global Participações S.A. - Em recuperação judicial
Montes Claros - MG

Abstenção de opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Fomos contratados para examinar as demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, da Springs Global Participações S.A. - Em recuperação judicial ("Companhia"), identificadas como Controladora e Consolidado, que compreendem o balanço patrimonial, individual e consolidado, em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações, individuais e consolidadas, do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Não expressamos opinião sobre as demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, acima referidas da Springs Global Participações S.A. - Em recuperação judicial pois, devido à relevância dos assuntos descritos na seção a seguir intitulada "Base para abstenção de opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas", não nos foi possível obter evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião de auditoria sobre essas demonstrações financeiras, individuais e consolidadas.

Base para abstenção de opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Plano de recuperação judicial, valor recuperável de ativos, liquidação de passivos e continuidade operacional

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 1 às demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, em 06 de maio de 2024, a Companhia entrou com pedido de Recuperação Judicial que foi deferido em 25 de julho de 2024 pelo juízo da 2ª Vara Empresarial da Comarca de Belo Horizonte ("Juízo"), nos termos da Lei nº 11.101/2005, sendo que até a emissão desse relatório a Administração da Companhia protocolou em Juízo o Plano de Recuperação Judicial ("PRJ") em 26 de setembro de 2024, e aguarda a sua homologação pelo Juízo, para ser então apreciado pela Assembleia Geral de Credores.

No contexto de incerteza relevante de continuidade operacional decorrente do acima, que pode afetar significativamente a capacidade de investimento da Companhia e de suas controladas nas operações futuras de cada uma dessas sociedades, envolvendo a posição de endividamento da Companhia e suas controladas, a pervasividade dos reflexos da recuperação judicial no contexto da elaboração das demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, do exercício findo em 31 de dezembro de 2023, o cenário de múltiplas incertezas decorrentes desses assuntos, e considerando que a Companhia está avaliando os possíveis impactos, se houver, do PRJ, não nos foi possível concluir, nem por meio de procedimentos alternativos, sobre a realização de ativos e liquidação de passivos, efeitos sobre impairment dos ativos imobilizado e intangível, realização dos saldos com partes relacionadas, obrigações com controlada, eventuais ajustes, nos passivos relacionados a empréstimos, fornecedores, debentures e outros passivos, sobre as demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, da Companhia, quando do futuro reconhecimento dos efeitos do PRJ.

Considerando as incertezas relacionadas acima, não foi possível concluirmos se a utilização do pressuposto de continuidade operacional pela Companhia e suas controladas é apropriado, nem tampouco quais seriam os efeitos sobre os saldos (individuais e consolidados) dos ativos (financeiros e não financeiros), passivos e elementos componentes das demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e do valor adicionado (informação suplementar), caso as demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, não fossem preparadas considerando esse pressuposto.

Não reclassificação de parcelamentos tributários para o curto prazo

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 18.d, a controlada direta Coteminas S.A. – em recuperação judicial e a controlada indireta AMMO Varejo S.A. – em recuperação judicial, tiveram rescindidos os seus Parcelamentos pelas Autoridades Tributárias, o que resultaria em uma reclassificação para o passivo circulante no montante de R\$ 278.180 mil nas Demonstrações Financeiras consolidadas. A Administração da Companhia em conjunto com seus assessores legais está planejando um novo Refinanciamento Tributário. Consequentemente o saldo da rubrica de Impostos devidos e parcelamentos no Passivo circulante está subavaliado no montante de R\$ 278.180 mil no consolidado e o Passivo não circulante está superavaliado no mesmo montante.

Adicionalmente, não tivemos acesso a documentação apropriada e suficiente de auditoria para os itens relacionados abaixo:

Não recebimento da totalidade das confirmações externas

Não recebemos a totalidade das confirmações externas de instituições financeiras de suas controladas: Coteminas S.A. – em recuperação judicial, AMMO Varejo S.A. – em recuperação judicial e Lat Capital Ltd. e as confirmações externas de assessores jurídicos da controlada Coteminas S.A. – em recuperação judicial. Portanto, não conseguimos concluir sobre os saldos das rubricas:

- Caixa e equivalentes de caixa no montante de R\$ 38.160 mil no consolidado;
- Títulos e valores mobiliários nos montantes de R\$ 13.290 mil no ativo circulante consolidado e R\$ 8.632 mil no ativo não circulante consolidado;
- Depósitos judiciais no montante de R\$ 12.822 mil no consolidado;
- Empréstimos e financiamentos nos montantes de R\$ 680.547 mil no passivo circulante consolidado e R\$ 53.967 mil no passivo não circulante consolidado;
- Debêntures no montante de R\$ 373.220 mil no consolidado; e
- Provisões diversas (para riscos e demandas judiciais) no montante de R\$ 78.416 mil no consolidado.

Obrigações sociais e trabalhistas

Não recebemos as conciliações e a totalidade das documentações suportes para validação das Obrigações sociais e trabalhistas da controlada direta Coteminas S.A. – em recuperação judicial e da controlada indireta AMMO Varejo S.A. – em recuperação judicial e, portanto, não conseguimos concluir sobre o montante de R\$ 122.274 mil, no consolidado. Dessa forma, não nos foi possível, nas circunstâncias, avaliar a razoabilidade dos referidos saldos registrados no balanço patrimonial do exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

Estoques, Custos dos produtos vendidos e Custos de ociosidade

Não recebemos a totalidade das documentações suportes para validação dos Estoques, Custos dos produtos vendidos e de Custos de ociosidade da controlada direta Coteminas S.A. – em recuperação judicial e, portanto, não conseguimos concluir sobre os montantes de Estoques de R\$ 217.522 mil, no consolidado, Custos dos produtos vendidos de R\$ 454.645 mil, no consolidado, e do montante de Custos de ociosidade no valor de R\$ 221.446 mil, no consolidado. Dessa forma, não nos foi possível, nas circunstâncias, avaliar a razoabilidade do referido saldo registrado nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

Investimento e obrigações com controladas – Diretas e Indireta

Springs Global US – Inc.

Não auditamos, nem foram auditadas por outros Auditores Independentes as demonstrações financeiras da controlada direta Springs Global US – Inc., localizada nos Estados Unidos da América. Dessa forma, não nos foi possível, nas circunstâncias, avaliar a razoabilidade dos saldos nas demonstrações financeiras desse investimento no valor de R\$ 202.729 mil e o resultado de equivalência patrimonial no valor negativo de R\$ 142.389 mil, conforme mencionado na Nota Explicativa nº 8.a.

Coteminas S.A. – em recuperação judicial

As demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, do exercício findo em 31 de dezembro de 2023, da Controlada direta Coteminas S.A. – em recuperação judicial, foram por nós auditadas e o relatório de auditoria desta mesma data apresenta a conclusão de Abstenção de Opinião em virtude dos assuntos descritos acima.

AMMO Varejo S.A. – em recuperação judicial

As demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, do exercício findo em 31 de dezembro de 2023, da Controlada indireta AMMO Varejo S.A. – em recuperação judicial, foram por nós auditadas e o relatório de auditoria desta mesma data apresenta a conclusão de Abstenção de Opinião em virtude dos assuntos descritos acima.

Outros assuntos

Demonstrações do Valor Adicionado (DVA), individuais e consolidadas – informação suplementar

Fomos contratados também para examinar, em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras, individuais e consolidadas da Companhia, as Demonstrações, individuais e consolidadas, do Valor Adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS. Todavia, em decorrência da relevância dos assuntos descritos na seção "Base para abstenção de opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas", também não nos foi possível obter evidência apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião de auditoria sobre essas demonstrações, individuais e consolidadas, em relação às demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, tomadas em conjunto.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, livres de distorção relevante, independentemente, se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia e suas controladas continuarem operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras, individuais e consolidadas.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossa responsabilidade é a de conduzir uma auditoria das demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, da Companhia e suas controladas de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria e emitir um relatório de auditoria. Contudo, devido dos assuntos descritos na seção intitulada "Base para abstenção de opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas", não nos foi possível obter evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião de auditoria sobre essas demonstrações financeiras, individuais e consolidadas.

Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas.

São Paulo, 22 de janeiro de 2025.

SPRINGS GLOBAL PARTICIPAÇÕES S.A. – (em recuperação judicial)

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(Em milhares de Reais)

A T I V O S

	Nota	Controladora		Consolidado	
	explicativa	2023	2022	2023	2022
CIRCULANTE:					
Caixa e equivalentes de caixa	3	1	42	38.160	225.444
Títulos e valores mobiliários	4	-	-	13.290	23.531
Duplicatas a receber	5	-	-	125.276	163.267
Arrendamentos financeiros a receber	11	-	-	15.687	16.661
Estoques	6.a	-	-	217.522	358.149
Adiantamentos a fornecedores	6.b	-	-	9.465	35.010
Impostos a recuperar	18.c	57	22	45.828	39.892
Outros créditos a receber		960	986	17.031	19.706
Total do ativo circulante		1.018	1.050	482.259	881.660
NÃO CIRCULANTE:					
Realizável a longo prazo:					
Títulos e valores mobiliários	4	-	1.925	8.632	10.395
Valores a receber – clientes	7	-	-	3.466	16.135
Partes relacionadas	22	-	-	211.199	178.329
Arrendamentos financeiros a receber	11	-	-	69.985	83.580
Impostos a recuperar	18.c	-	-	17.059	17.916
Impostos diferidos	18.b	1.905	1.905	1.905	18.214
Imobilizado disponível para venda	10.b	-	-	27.070	23.910
Depósitos judiciais	19	-	-	12.822	13.216
Outros		-	-	24.945	50.638
		1.905	3.830	377.083	412.333
Investimentos em controladas	8.a	202.729	429.622	-	-
Investimentos em coligadas	8.b	-	-	13.847	-
Outros investimentos	8.b	-	-	7.114	124.217
Propriedades para investimento	9	-	-	495.878	527.127
Imobilizado	10.a	-	-	517.444	522.411
Direitos de uso	11	-	-	110.765	144.396
Intangível	12	-	-	32.535	82.973
Total do ativo não circulante		204.634	433.452	1.554.666	1.813.457
Total dos ativos		205.652	434.502	2.036.925	2.695.117

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações financeiras.

SPRINGS GLOBAL PARTICIPAÇÕES S.A. – (em recuperação judicial)

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(Em milhares de Reais)

PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Nota	Controladora		Consolidado	
	explicativa	2023	2022	2023	2022
PASSIVOS					
CIRCULANTE:					
Empréstimos e financiamentos	13	5.188	10.405	680.547	640.395
Debêntures	14	-	-	373.220	17.763
Fornecedores	15	321	3	293.448	272.960
Obrigações sociais e trabalhistas		1.167	183	122.274	96.785
Impostos e taxas		324	94	23.754	20.955
Concessões governamentais	16	-	-	242.201	56.253
Arrendamentos a pagar	17	-	-	49.098	59.782
Impostos devidos e parcelamentos	18.d	-	-	103.316	94.795
Outras contas a pagar		-	-	52.159	73.768
Total do passivo circulante		7.000	10.685	1.940.017	1.333.456
NÃO CIRCULANTE:					
Empréstimos e financiamentos	13	4.373	9.143	53.967	56.540
Debêntures	14	-	-	-	320.757
Arrendamentos a pagar	17	-	-	167.515	209.418
Partes relacionadas	22	47.195	36.003	-	-
Concessões governamentais	16	-	-	19.337	38.264
Provisões diversas	19	-	-	78.416	20.801
Planos de aposentadoria e benefícios	20	-	-	106.459	114.581
Impostos diferidos	18.b	-	-	101.548	106.684
Impostos devidos e parcelamentos	18.d	-	-	278.180	93.458
Obrigações com controladas	8.a	871.603	-	-	-
Outras obrigações		-	-	16.005	22.487
Total do passivo não circulante		923.171	45.146	821.427	982.990
PATRIMÔNIO LÍQUIDO:					
	21				
Capital realizado		1.860.265	1.860.265	1.860.265	1.860.265
Reserva de capital		79.381	79.381	79.381	79.381
Ajustes de avaliação patrimonial		128.969	137.263	128.969	137.263
Ajustes acumulados de conversão		(188.218)	(151.828)	(188.218)	(151.828)
Prejuízos acumulados		(2.604.916)	(1.546.410)	(2.604.916)	(1.546.410)
Total do patrimônio líquido		(724.519)	378.671	(724.519)	378.671
Total dos passivos e do patrimônio líquido		205.652	434.502	2.036.925	2.695.117

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações financeiras.

SPRINGS GLOBAL PARTICIPAÇÕES S.A. – (em recuperação judicial)

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(Em milhares de Reais)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		2023	2022	2023	2022
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	25	-	-	686.442	1.217.445
Custo dos produtos vendidos	26	-	-	(454.645)	(879.747)
Custo de ociosidade e outros	26	-	-	(221.446)	(175.097)
		-----	-----	-----	-----
LUCRO BRUTO		-	-	10.351	162.601
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS:					
De vendas	26	-	-	(247.458)	(315.998)
Gerais e administrativas	26	(751)	(870)	(126.822)	(132.513)
Honorários da administração	22 e 26	(1.326)	(1.248)	(16.210)	(18.162)
Equivalência patrimonial	8.a	(1.061.228)	(624.527)	5	-
Outras líquidas:					
Variação do valor justo de propriedades para investimento	9	-	-	2.948	65.296
Provisão para reestruturação	28	-	-	(38.673)	-
Baixa precatórios, líquidos	13 e 18.d	-	-	(62.649)	-
Baixa ágio de controlada	8.a e 12	-	-	(27.303)	-
Provisão para desvalorização de ativos permanentes	10.a e 12	-	-	(49.270)	(7.043)
Provisão para desvalorização de outros investimentos	8.b	-	-	(107.646)	-
Outras, líquidas		-	-	(26.510)	(3.881)
		-----	-----	-----	-----
RESULTADO OPERACIONAL		(1.063.305)	(626.645)	(689.237)	(249.700)
		-----	-----	-----	-----
Despesas financeiras – juros e encargos		(1.755)	(3.714)	(309.246)	(280.547)
Despesas financeiras – juros sobre arrendamentos	17	-	-	(9.257)	(11.339)
Despesas bancárias, impostos, descontos e outros		(914)	(632)	(107.226)	(124.126)
Receitas financeiras		52	206	80.863	78.135
Variações cambiais líquidas		-	-	(19.360)	(19.151)
		-----	-----	-----	-----
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS		(1.065.922)	(630.785)	(1.053.463)	(606.728)
Provisão para imposto de renda e contribuição social:					
Corrente	18.a	-	-	(385)	(1.342)
Diferido	18.a	-	-	(12.074)	(22.715)
		-----	-----	-----	-----
PREJUÍZO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		(1.065.922)	(630.785)	(1.065.922)	(630.785)
		=====	=====	=====	=====
PREJUÍZO BÁSICO E DILUÍDO POR AÇÃO — R\$	27	(21,3184)	(12,6157)		
		=====	=====		

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações financeiras.

SPRINGS GLOBAL PARTICIPAÇÕES S.A. – (em recuperação judicial)

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(Em milhares de Reais)

	Controladora e consolidado	
	2023	2022
PREJUÍZO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	(1.065.922)	(630.785)
Outros resultados abrangentes:		
- Itens que impactarão o resultado:		
Variação cambial de investimentos no exterior	(36.390)	7.986
- Itens que não impactarão o resultado:		
Ganho (perda) atuarial em planos de aposentadoria	(878)	11.029
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	(1.103.190)	(611.770)
	=====	=====
ATRIBUIDO A:		
Participação dos acionistas controladores	(1.103.190)	(611.770)
	=====	=====

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações financeiras.

SPRINGS GLOBAL PARTICIPAÇÕES S.A. – (em recuperação judicial)

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

(Em milhares de Reais)

	<u>Nota explicativa</u>	<u>Capital realizado</u>	<u>Reserva de capital</u>	<u>Ajustes de avaliação patrimonial</u>	<u>Ajustes acumulados de conversão</u>	<u>Prejuízos acumulados</u>	<u>Total do patrimônio líquido</u>
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021		1.860.265	79.381	126.234	(159.814)	(915.625)	990.441
Resultado abrangente:							
Prejuízo líquido do exercício		-	-	-	-	(630.785)	(630.785)
Variação cambial de investimentos no exterior	2.1.b	-	-	-	(26.301)	-	(26.301)
Ganho atuarial em planos de aposentadoria		-	-	11.029	-	-	11.029
Reflexo de controladas-							
Variação cambial de investimentos líquidos	2.1.b	-	-	-	34.287	-	34.287
		-----	-----	-----	-----	-----	-----
Total do resultado abrangente		-	-	11.029	7.986	(630.785)	(611.770)
		-----	-----	-----	-----	-----	-----
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022		1.860.265	79.381	137.263	(151.828)	(1.546.410)	378.671
		=====	=====	=====	=====	=====	=====

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações financeiras.

SPRINGS GLOBAL PARTICIPAÇÕES S.A. – (em recuperação judicial)

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

(Em milhares de Reais)

	Nota explicativa	Capital realizado	Reserva de capital	Ajustes de avaliação patrimonial	Ajustes acumulados de conversão	Prejuízos acumulados	Total do patrimônio líquido
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022		1.860.265	79.381	137.263	(151.828)	(1.546.410)	378.671
Alienação de propriedade para investimento		-	-	(7.416)	-	7.416	-
Resultado abrangente:							
Prejuízo líquido do exercício		-	-	-	-	(1.065.922)	(1.065.922)
Variação cambial de investimentos no exterior	2.1.b	-	-	-	(26.815)	-	(26.815)
Perda atuarial em planos de aposentadoria		-	-	(878)	-	-	(878)
Reflexo de controladas-							
Variação cambial de investimentos líquidos	2.1.b	-	-	-	(9.575)	-	(9.575)
		-----	-----	-----	-----	-----	-----
Total do resultado abrangente		-	-	(878)	(36.390)	(1.065.922)	(1.103.190)
		-----	-----	-----	-----	-----	-----
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023		1.860.265	79.381	128.969	(188.218)	(2.604.916)	(724.519)
		=====	=====	=====	=====	=====	=====

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações financeiras.

SPRINGS GLOBAL PARTICIPAÇÕES S.A. – (em recuperação judicial)

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(Em milhares de Reais)

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>2023</u>	<u>2022</u>	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Fluxos de caixa das atividades operacionais				
Prejuízo líquido do exercício	(1.065.922)	(630.785)	(1.065.922)	(630.785)
Ajustes para reconciliar o prejuízo líquido ao caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais:				
Depreciação e amortização	-	-	92.766	98.206
Equivalência patrimonial	1.061.228	624.527	(5)	-
Variação do valor justo de propriedades para investimento	-	-	(2.948)	(65.296)
Provisão para perda esperada com créditos de liquidação duvidosa	-	-	16.449	28.811
Imposto de renda e contribuição social	-	-	12.459	24.057
Provisão para desvalorização de ativos permanentes	-	-	49.270	7.043
Provisão para desvalorização de outros investimentos	-	-	107.646	-
Provisão (reversão) para perdas com estoques	-	-	(12.788)	23.845
Resultado na alienação do ativo permanente	-	-	5.194	(2.397)
Baixa precatórios, líquido	-	-	62.649	-
Baixa ágio de controlada	-	-	27.303	-
Provisão para reestruturação	-	-	38.673	-
Provisão para passivos tributários, cíveis e trabalhistas	-	-	66.626	-
Recuperação de impostos	-	-	(33.347)	-
Variações monetárias	-	-	3.103	7.314
Variações cambiais	-	-	19.360	19.151
Juros, encargos e comissões	2.597	4.130	324.197	316.908
Juros sobre arrendamentos	-	-	9.257	11.339
	<u>(2.097)</u>	<u>(2.128)</u>	<u>(280.058)</u>	<u>(161.804)</u>
Variações nas contas de ativos e passivos:				
Títulos e valores mobiliários	1.925	(188)	1.914	(7.089)
Duplicatas a receber	-	-	1.062	215.028
Estoques	-	-	112.511	115.707
Adiantamentos a fornecedores	-	-	3.583	3.198
Impostos a recuperar	(35)	(22)	(5.079)	47.887
Fornecedores	318	(7)	21.087	17.429
Impostos parcelados	-	-	88.503	56.834
Outros	1.268	306	70.599	1.348
	<u>1.379</u>	<u>(2.039)</u>	<u>14.122</u>	<u>288.538</u>
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais antes de juros e impostos	1.379	(2.039)	14.122	288.538
Juros pagos sobre empréstimos	(1.843)	(2.246)	(57.319)	(134.151)
Comissões e encargos pagos sobre empréstimos	(911)	(623)	(27.534)	(40.708)
Imposto de renda e contribuição social pagos	-	-	(151)	(1.221)
	<u>(1.375)</u>	<u>(4.908)</u>	<u>(70.882)</u>	<u>112.458</u>
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais após juros e impostos	(1.375)	(4.908)	(70.882)	112.458

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações financeiras.

SPRINGS GLOBAL PARTICIPAÇÕES S.A. – (em recuperação judicial)

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Fluxos de caixa das atividades de investimento				
Propriedades para investimento	-	-	(191)	(2.365)
Imobilizado	-	-	(10.533)	(11.126)
Intangível	-	-	(1.110)	(1.025)
Imóveis disponíveis para venda	-	-	-	(8.644)
Recebimento pela venda de ativo imobilizado	-	-	7.144	1.025
Empréstimos entre partes relacionadas	11.124	15.021	(65.918)	(32.312)
	-----	-----	-----	-----
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimento	11.124	15.021	(70.608)	(54.447)
	-----	-----	-----	-----
Fluxos de caixa das atividades de financiamento				
Ingresso de novos empréstimos e debêntures, líquidos dos encargos antecipados	-	-	174.430	391.923
Liquidação de empréstimos e debêntures	(9.790)	(10.188)	(195.072)	(406.331)
Liquidação de arrendamentos, líquidos	-	-	(35.022)	(37.184)
	-----	-----	-----	-----
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	(9.790)	(10.188)	(55.664)	(51.592)
	-----	-----	-----	-----
Efeito da variação cambial sobre o caixa e equivalentes de caixa de controladas no exterior	-	-	9.870	19.260
	-----	-----	-----	-----
Aumento (diminuição) no caixa e equivalentes de caixa	(41)	(75)	(187.284)	25.679
	-----	-----	-----	-----
Caixa e equivalentes de caixa:				
No início do exercício	42	117	225.444	199.765
No fim do exercício	1	42	38.160	225.444
	-----	-----	-----	-----
Aumento (diminuição) no caixa e equivalentes de caixa	(41)	(75)	(187.284)	25.679
	=====	=====	=====	=====

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações financeiras.

SPRINGS GLOBAL PARTICIPAÇÕES S.A. – (em recuperação judicial)

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
RECEITAS				
Vendas de mercadorias, produtos e serviços	-	-	791.495	1.460.160
Provisão para perda esperada com créditos de liquidação duvidosa	-	-	(16.449)	(28.811)
Resultado na alienação do ativo permanente	-	-	(5.194)	2.397
Recuperação de impostos			33.347	-
	-----	-----	-----	-----
	-	-	803.199	1.433.746
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS				
Custos dos produtos, mercadorias e serviços vendidos	-	-	(246.644)	(676.159)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(1.939)	(1.890)	(499.329)	(496.108)
Provisão para desvalorização de ativos permanentes	-	-	(49.270)	(7.043)
Provisão para desvalorização de outros investimentos	-	-	(107.646)	-
Provisão para perdas com estoques	-	-	12.788	(23.845)
Variação do valor justo de propriedades para investimento	-	-	2.948	65.296
Provisão para reestruturação	-	-	(38.673)	-
Baixa precatórios, líquido	-	-	(62.649)	-
Baixa ágio de controlada	-	-	(27.303)	-
	-----	-----	-----	-----
	(1.939)	(1.890)	(1.015.778)	(1.137.859)
VALOR ADICIONADO BRUTO	-----	-----	-----	-----
	(1.939)	(1.890)	(212.579)	295.887
RETENÇÕES				
Depreciação e amortização	-	-	(92.766)	(98.206)
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA COMPANHIA	-----	-----	-----	-----
	(1.939)	(1.890)	(305.345)	197.681
VALOR ADICIONADO RECEBIDO POR TRANSFERÊNCIA				
Equivalência patrimonial	(1.061.228)	(624.527)	5	-
Receitas financeiras	52	206	80.863	78.135
Variação cambial ativa	-	-	294	(1.005)
Royalties	-	-	19.075	18.304
	-----	-----	-----	-----
	(1.061.176)	(624.321)	100.237	95.434
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR (RETER)	-----	-----	-----	-----
	(1.063.115)	(626.211)	(205.108)	293.115
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	=====	=====	=====	=====
Remuneração do trabalho	269	-	333.890	335.789
Impostos, taxas e contribuições	783	860	144.155	203.671
Remuneração de capitais de terceiros	1.755	3.714	382.769	384.440
Remuneração de capitais próprios	(1.065.922)	(630.785)	(1.065.922)	(630.785)
	-----	-----	-----	-----
VALOR ADICIONADO DISTRIBUÍDO (RETIDO)	(1.063.115)	(626.211)	(205.108)	293.115
	=====	=====	=====	=====

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações financeiras.

SPRINGS GLOBAL PARTICIPAÇÕES S.A. – (em recuperação judicial)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

(Valores expressos em milhares de Reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Springs Global Participações S.A. - em recuperação judicial ("Companhia") é sediada na avenida Lincoln Alves dos Santos, número 955, em Montes Claros - MG, e foi constituída em 24 de novembro de 2005. Em 24 de janeiro de 2006, recebeu, como contribuição de capital, 100% das ações da Coteminas S.A. - em recuperação judicial ("CSA") e da Springs Global US, Inc. ("SGUS"), empresas privadas sediadas no Brasil e nos Estados Unidos, respectivamente, e que tinham como acionistas a Companhia de Tecidos Norte de Minas - Coteminas - em recuperação judicial ("CTNM"), atual controladora da Companhia, e ex-acionistas da Springs Industries, Inc. ("SI"), respectivamente.

Em 30 de abril de 2009, iniciou suas atividades de varejo de cama, mesa e banho, operando sob as marcas MMartan e Casa Moyses e posteriormente, em outubro de 2011, com a marca Artex. As operações de varejo com essas bandeiras são operadas pela AMMO VAREJO S.A. - em recuperação judicial ("AMMO"), que é uma controlada indireta da Companhia. Em 2022, a AMMO obteve recursos para viabilizar o seu plano de crescimento, através de emissão privada de debêntures conversíveis em ações. Os recursos obtidos por meio deste financiamento estão sendo destinados para o desenvolvimento das atividades e investimentos da AMMO e o fomento de seu capital de giro. Este financiamento tem como objetivo viabilizar o plano de crescimento da AMMO, através de (i) ampliação de portfólio de produtos no segmento *homewellness*, (ii) crescimento dos canais de distribuição e expansão geográfica, e (iii) oferta de produtos e serviços para o sono.

A Companhia conta com marcas líderes nos seus mercados, tais como MMartan, Casas Moysés, Artex, Santista, Paládio, Calfat, Garcia, Arco Íris, Magicolor, entre outras. A Companhia ocupa posição privilegiada, através de suas marcas e seus produtos, nas prateleiras dos mais exigentes e maiores varejistas do mundo.

A Companhia e sua controlada CSA têm apresentado em suas demonstrações financeiras consolidadas, despesas financeiras que foram agravadas pelo forte crescimento das taxas de juros desde o 4º trimestre de 2021. A Companhia e sua controlada CSA estavam honrando seus compromissos financeiros com bancos e instituições financeiras, contudo tiveram uma forte redução de seu capital de giro o que impactou suas atividades operacionais, com a paralisação das atividades industriais no segundo semestre de 2023.

Em julho de 2023, no contexto de reestruturação de seu plano de negócios, a controlada CSA firmou acordo com os sindicatos dos trabalhadores em Montes Claros, Blumenau e João Pessoa, para redução do quadro de funcionários em 1.709 trabalhadores e seus termos de pagamento. Entre outubro de 2023 e abril de 2024, no âmbito dos acordos sindicais, a controlada CSA incluiu a demissão de mais 2.710 funcionários.

A Companhia e suas controladas, em período anterior ao pedido de recuperação judicial, despenderam esforços para repactuação de seu passivo financeiro e para a realização de alguns imóveis, direitos creditórios e investimentos, cujos recursos foram destinados exclusivamente à liquidação de passivos e a manutenção de seu custeio.

Em 2 de abril de 2024, a Companhia divulgou fato relevante onde informa a consolidação do parque fabril da controlada CSA com a desativação de duas plantas industriais e consequentemente a disponibilização dessas plantas para venda ou arrendamento.

Recuperação Judicial

Em 8 de maio de 2024 - A Companhia e suas controladas comunicaram ao mercado que receberam, no final da semana anterior, notificação enviada por ODERNES Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia ("ODERNES") para elas, a controlada CSA e outras empresas do grupo, em que alegou vencimento antecipado da dívida representada pelas debêntures emitidas pela controlada indireta AMMO em 30 de maio de 2022 e como suposta consequência do vencimento antecipado, ODERNES pretende executar as ações de emissão da controlada indireta AMMO, de titularidade da controlada CSA e ainda que sejam transferidas em seguida a totalidade dessas ações para a empresa Jericoacoara Participações S.A. por valor irrisório.

A controlada CSA, por sua vez, contranotificou ODERNES informando não terem se configurado o vencimento antecipado da dívida representada pelas Debêntures, muito menos a possibilidade de serem executadas as ações da controlada indireta AMMO ou a transferência de tais ações para qualquer outra empresa.

Adicionalmente, conforme já amplamente informado, desde o fim da pandemia, as Companhias vêm tendo seus negócios negativamente impactados pela combinação de fatores adversos que acarretaram dificuldades financeiras.

Neste contexto, com o objetivo de garantir a preservação das atividades empresariais e de ativos da Companhia e suas controladas, que ficariam sujeitas a dano irreparável, as Companhias obtiveram deferimento, em sede liminar, do pedido de recuperação judicial, para si e outras empresas do grupo.

Em 26 de julho de 2024, após procedimento de constatação prévia, foi deferido o processamento da Recuperação Judicial em despacho de 25 de julho de 2024.

O quadro abaixo demonstra a composição dos passivos da Companhia incluídos no pedido de Recuperação Judicial, avaliados na data do pedido:

Classe de crédito (lei 11.101/2005)	Controladora	Consolidado
Trabalhista	1.015	106.112
Garantia Real	-	379.063
Quirografário	9.961	344.735
ME e EPP	-	8.477
Não sujeito	-	597.740
Fiscal	1.140	410.539
	-----	-----
	12.116	1.846.666
	=====	=====

Em 26 de setembro de 2024, a Companhia e demais empresas do Grupo apresentaram seu Plano de Recuperação Judicial ("PRJ") nos autos do respectivo processo e conforme art. 53 da Lei nº 11.101/2005. As principais medidas previstas no PRJ envolvem: (i) reestruturação do passivo das companhias, (ii) alienação de bens e constituição de unidades produtivas isoladas, (iii) distribuição aos Credores de parte dos resultados líquidos auferidos na venda de ativos e unidades produtivas isoladas; (iv) possibilidade de captação de novos recursos pelas companhias para a implementação da retomada operacional; e (v) a preservação de investimentos essenciais para a manutenção das atividades das companhias, além da (vi) criação de fundo de investimento imobiliário (FII) para fins de dação em pagamento das respectivas cotas para fins de pagamento de parte dos credores.

A Companhia vem avançando nas negociações com seus credores e providenciando os documentos relacionados ao seu PRJ no intuito de possível realização da assembleia geral de credores ("AGC") em 2025. No entanto, até a divulgação destas demonstrações financeiras, os termos finais do PRJ, assim como

de eventuais acordos de apoio ao plano, entre a Companhia e seus principais credores financeiros, ainda se encontram em tratativas.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia em 24 de janeiro de 2025.

A Companhia apresenta suas demonstrações financeiras individuais ("Controladora") e consolidadas ("Consolidado"), elaboradas, simultaneamente, de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS") emitidas pelo "International Accounting Standards Board" ("IASB"), e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, orientações e interpretações técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM e pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

A Companhia adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações emitidas pelo IASB e pelo CPC que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2023. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas e correspondem com as utilizadas pela administração da Companhia em sua gestão.

2.1 – Conversão de saldos em moeda estrangeira

a) Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras de cada controlada incluída na consolidação da Companhia e aquelas utilizadas como base para avaliação dos investimentos pelo método de equivalência patrimonial são preparadas usando-se a moeda funcional de cada entidade. A moeda funcional de uma entidade é a moeda do ambiente econômico primário em que ela opera. Ao definir a moeda funcional de cada uma de suas controladas a Administração considerou qual a moeda que influencia significativamente o preço de venda de seus produtos e serviços, e a moeda na qual a maior parte do custo dos seus insumos de produção é pago ou incorrido. As demonstrações financeiras consolidadas são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia.

b) Conversão dos saldos

Os resultados e a posição financeira de todas as controladas incluídas no consolidado que têm a moeda funcional diferente da moeda de apresentação são convertidos pela moeda de apresentação, conforme abaixo:

- i) os saldos ativos e passivos são convertidos à taxa de câmbio vigente na data de encerramento das demonstrações financeiras consolidadas;
- ii) as contas de resultado são convertidas pela taxa mensal do câmbio; e
- iii) todas as diferenças resultantes de conversão de taxas de câmbio são reconhecidas no patrimônio líquido, na rubrica "Ajustes acumulados de conversão" e são apresentadas como outros resultados abrangentes na demonstração do resultado abrangente.

2.2 – Práticas contábeis

Os principais critérios adotados na elaboração das demonstrações financeiras são como segue:

(a) Apuração do resultado--O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência do exercício. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza

significativa quanto à sua realização. As receitas e despesas de juros são reconhecidas pelo método da taxa efetiva de juros como receitas e despesas financeiras no resultado. Os ganhos e perdas extraordinários e as transações e provisões que envolvem ativos permanentes são registradas no resultado do exercício como “Outras, líquidas”.

(b) Instrumentos financeiros--A Companhia classifica ativos e passivos financeiros nas seguintes categorias: ao valor justo por meio do resultado (“FVTPL”), ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (“FVOCI”) e ao custo amortizado.

i) Ativos e passivos financeiros não derivativos – reconhecimento e desreconhecimento

A Companhia reconhece os ativos e passivos financeiros quando, e somente quando, se tornar parte das disposições contratuais dos instrumentos. A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos, é reconhecida como um ativo ou passivo separado. A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

ii) Ativos financeiros não derivativos – mensuração

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se satisfizer ambas as condições a seguir:

- o ativo é mantido dentro de um modelo de negócios com o objetivo de coletar fluxos de caixa contratuais; e
- os termos contratuais do ativo financeiro dão origem, em datas específicas, aos fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e de juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes somente se satisfizer ambas as condições a seguir:

- o ativo é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é alcançado tanto pela coleta de fluxos de caixa contratuais como pela venda de ativos financeiros; e
- os termos contratuais do ativo financeiro dão origem, em datas específicas, aos fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e de juros sobre o valor principal em aberto.

Todos os outros ativos financeiros são classificados como mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Além disso, no reconhecimento inicial, a Companhia pode irrevogavelmente designar um ativo ou passivo financeiro como mensurado ao valor justo por meio do resultado com o objetivo de eliminar ou reduzir significativamente um possível descasamento contábil decorrente do resultado produzido pelo respectivo ativo ou passivo.

iii) Passivos financeiros não derivativos – mensuração

Os instrumentos financeiros classificados no passivo, após seu reconhecimento inicial pelo seu valor justo, são mensurados com base no custo amortizado com base no método da taxa efetiva de juros. Os juros, atualização monetária e variação cambial, são reconhecidos no resultado, como receitas ou despesas financeiras, quando incorridos.

iv) Derivativos mensurados ao valor justo por meio do resultado

Os instrumentos derivativos contratados não são designados para a contabilização de hedge. As variações no valor justo de qualquer um desses instrumentos derivativos são reconhecidas imediatamente na demonstração do resultado.

(c) Redução ao valor recuperável de instrumentos financeiros--Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, são avaliados em cada data de balanço para determinar se há evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável. Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor inclui:

- inadimplência ou atrasos do devedor;
- reestruturação de um valor devido a Companhia em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- indicativos de que o devedor ou emissor irá entrar em falência/recuperação judicial;
- mudanças negativas na situação de pagamentos dos devedores ou emissores;
- o desaparecimento de um mercado ativo para o instrumento devido a dificuldades financeiras; ou
- dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de um grupo de ativos financeiros.

A Companhia considera evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado tanto em nível individual como em nível coletivo. Todos os ativos individualmente significativos são avaliados quanto à perda por redução ao valor recuperável. Aqueles que não tenham sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que possa ter ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada, que inclui as perdas de crédito esperadas. Ativos que não são individualmente significativos são avaliados coletivamente quanto à perda de valor com base no agrupamento de ativos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda por redução ao valor recuperável de forma coletiva, a Companhia utiliza tendências históricas do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração sobre se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Uma perda por redução ao valor recuperável é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão. Quando a Companhia considera que não há expectativas razoáveis de recuperação, os valores são baixados. Quando um evento subsequente indica uma redução da perda de valor, a redução pela perda de valor é revertida através do resultado.

Uma perda por redução do valor recuperável referente a uma investida avaliada pelo método de equivalência patrimonial é mensurada pela comparação do valor recuperável do investimento com o seu valor contábil. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida no resultado e é revertida se houve uma mudança favorável nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável.

(d) Caixa e equivalentes de caixa--Incluem saldos em caixa, depósitos bancários à vista, numerários em trânsito e as aplicações financeiras. Possuem vencimentos inferiores a 90 dias (ou sem prazos fixados para resgate) com liquidez imediata, e estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de

valor. Caixa e equivalentes de caixa são classificados como ativos financeiros não derivativos mensurados ao custo amortizado e seus rendimentos são registrados no resultado do exercício.

(e) Títulos e valores mobiliários--Representados por aplicações financeiras de liquidez imediata e com vencimento superior a 90 dias e estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor. Os títulos e valores mobiliários referentes a fundos de investimento em instrumentos patrimoniais são classificados como ativos financeiros, não derivativos, mensurados ao valor justo por meio do resultado. Todos os demais títulos e valores mobiliários são classificados como ativos financeiros não derivativos, mensurados ao custo amortizado e seus rendimentos são registrados no resultado do exercício.

(f) Duplicatas a receber de clientes e provisão para perda esperada com créditos de liquidação duvidosa--As duplicatas a receber de clientes são inicialmente, reconhecidas pelo valor da transação e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva menos a perda estimada com créditos de liquidação duvidosa. A Companhia adotou a mensuração da perda estimada com créditos de liquidação duvidosa com base em toda a vida dos instrumentos, utilizando a abordagem simplificada, considerando o histórico de movimentações e perdas históricas. Como regra geral, os títulos vencidos há mais de 180 dias representam um relevante indicativo de perda esperada, e são avaliados individualmente.

(g) Estoques--São avaliados ao custo médio de aquisição ou produção que são inferiores aos valores de realização líquida e estão demonstrados líquidos da provisão para perdas com itens descontinuados e/ou obsoletos. Os valores de realização líquida são os preços estimados de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão de fabricação e despesas de vendas diretamente relacionadas.

(h) Imobilizado disponível para venda--Referem-se substancialmente a máquinas e equipamentos fora de uso. São mensurados pelo seu valor justo menos despesas de vendas, quando este for menor do que os valores residuais contábeis.

(i) Investimentos--Os investimentos em controladas e coligada são avaliados pelo método de equivalência patrimonial, com base em balanço patrimonial levantado pelas respectivas controladas e coligada na mesma data-base da controladora. O valor do patrimônio líquido de controladas e coligada sediadas no exterior é convertido para Reais com base na taxa corrente de sua moeda funcional e a variação cambial apurada é registrada na conta de "Ajustes acumulados de conversão" no patrimônio líquido e também apresentado como outros resultados abrangentes.

(j) Combinação de negócios--O custo da entidade adquirida é alocado aos ativos adquiridos e passivos assumidos, baseado nos seus valores justos estimados na data de aquisição. Qualquer diferença, entre o custo da entidade adquirida e o valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos, é registrada como ágio.

(k) Gastos com pesquisa e desenvolvimento de produtos--São reconhecidos como despesas quando incorridos, exceto quando atendem os critérios para capitalização.

(l) Propriedades para investimento--São propriedades mantidas para obter renda ou valorização do capital. São registradas inicialmente ao custo e incluem os custos da transação. Após o reconhecimento inicial, são mensuradas pelo valor justo em contrapartida de resultados abrangentes líquidas dos efeitos tributários, e a partir de então, são avaliadas anualmente ao valor justo e as variações decorrentes desta avaliação e os efeitos tributários, são reconhecidos no resultado do exercício.

(m) Imobilizado--Registrado pelo custo de aquisição ou construção. As depreciações são computadas pelo método linear com base nas taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens. Os gastos incorridos que aumentam o valor ou estendem a vida útil estimada dos bens são incorporados ao seu custo; gastos relativos à manutenção e reparos são lançados para resultado quando incorridos.

A vida útil estimada dos itens do imobilizado é conforme segue:

	Vida útil
Edifícios	40 anos
Instalações	15 anos
Máquinas e equipamentos	15 anos
UHE Porto Estrela	35 anos
Móveis, utensílios e outros	5 a 10 anos

O valor residual e a vida útil dos ativos são avaliados pela Administração da Companhia pelo menos ao final de cada exercício.

(n) Direito de uso--A mensuração do ativo de direito de uso corresponde ao valor inicial do passivo de arrendamento mais os custos diretos iniciais incorridos, ajustado a valor presente. A amortização é calculada pelo método linear de acordo com o prazo remanescente dos contratos.

(o) Intangível--Refere-se a marcas adquiridas, pontos comerciais, propriedade intelectual (desenvolvimento de software) e ágios decorrentes da aquisição de empresas. Os ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados linearmente durante o período de vida útil estimado. Os ativos intangíveis cuja vida útil não se pode determinar são avaliados pelo seu valor recuperável anualmente ou na ocorrência de fato que justifique sua avaliação.

(p) Avaliação do valor recuperável dos ativos não financeiros--Os bens do imobilizado, os intangíveis, os estoques e outros ativos circulantes e não circulantes são avaliados anualmente ou sempre que as circunstâncias indicarem que o valor contábil talvez não seja recuperável. Na ocorrência de uma perda decorrente desta avaliação a mesma será reconhecida ao resultado do exercício. As perdas com estes ativos, reconhecidas em outros exercícios, poderão ser revertidas sempre que houver uma avaliação ou evidência confiável de que o valor do ativo tenha se recuperado (exceto ágio apurado em investimentos). A reversão é reconhecida no resultado do exercício e não ultrapassa o valor reconhecido anteriormente como provável perda.

(g) Imposto de renda e contribuição social--A provisão para imposto de renda e contribuição social sobre o lucro é calculada à alíquota de aproximadamente 34% sobre o resultado tributável e registrada líquida da parcela relativa à redução do imposto de renda. O saldo da provisão no passivo é demonstrado líquido das antecipações efetuadas no exercício, se aplicável. Para as controladas sediadas no exterior, a alíquota de imposto varia de 24% a 35%, de acordo com a legislação vigente em cada país.

(r) Imposto de renda e contribuição social diferidos--São registrados imposto de renda e contribuição social diferidos sobre os saldos do prejuízo fiscal e das diferenças temporárias decorrentes de provisões registradas contabilmente, que, de acordo com as regras fiscais existentes, serão dedutíveis ou tributáveis somente quando realizadas. Somente é reconhecido um ativo de imposto de renda e contribuição social diferidos quando há expectativa de lucro tributável futuro.

(s) Arrendamentos a pagar--A mensuração do passivo de arrendamento, correspondem ao total dos pagamentos futuros de aluguéis. Esses fluxos de pagamentos são ajustados a valor presente, considerando a taxa incremental de empréstimo, e quando aplicável, são ajustados por alterações e atualizações previstas nos contratos. A contrapartida é contabilizada como direito de uso e amortizado durante o período do contrato de arrendamento pelo método linear. Os encargos financeiros são

reconhecidos como despesa financeira e apropriados de acordo com o prazo remanescente dos contratos. A taxa incremental de empréstimo corresponde à taxa de juros que a Companhia teria que pagar, caso contratasse financiamento para a aquisição de ativos similares aos direitos de uso, com valor similar e sob as mesmas condições contratuais e econômicas do arrendamento.

(t) Provisões diversas--São constituídas em montante julgado suficiente pela Administração para cobrir prováveis perdas. Os depósitos judiciais relativos às provisões estão apresentados no ativo não circulante.

(u) Planos de aposentadoria complementar--Os custos associados aos planos são reconhecidos pelo regime de competência com base em cálculos atuariais. Os ganhos e perdas atuariais são reconhecidos em "Ajustes de avaliação patrimonial" quando incorridos.

(v) Lucro (prejuízo) básico e diluído por ação--O lucro (prejuízo) básico por ação é calculado dividindo-se o lucro ou prejuízo do exercício atribuído aos acionistas da Companhia pela média ponderada da quantidade de ações em circulação. O lucro (prejuízo) diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações em circulação para presumir a conversão de ações potenciais a serem emitidas. A Companhia não apurou potencial de emissão de novas ações e, portanto, de diluição do lucro (prejuízo) por ação.

(w) Atualizações monetárias e cambiais--Os ativos e passivos sujeitos a atualizações monetárias ou cambiais estão atualizados monetariamente até a data do balanço, de acordo com as taxas publicadas pelo Banco Central do Brasil - BACEN ou pelos índices contratualmente estipulados. Os ganhos e as perdas cambiais e as variações monetárias são reconhecidos no resultado do exercício, exceto pelos ganhos e perdas cambiais sobre os investimentos em subsidiárias no exterior, os quais são reconhecidos no patrimônio líquido na rubrica "Ajustes acumulados de conversão".

(x) Reconhecimento de receita--A receita é mensurada pelo valor da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de devoluções, descontos comerciais e/ou bonificações concedidos ao comprador e outras deduções similares. A receita operacional é reconhecida quando o controle é transferido, isto é, na ocasião da entrega ao cliente.

(y) Demonstrações do Valor Adicionado ("DVA")--Essas demonstrações têm por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período. São apresentadas pela Companhia, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações financeiras individuais e como informação suplementar às demonstrações financeiras consolidadas, pois não é uma demonstração prevista e nem obrigatória conforme as normas das IFRS. As DVAs foram preparadas com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras.

2.3 – Uso de estimativas

Na elaboração das demonstrações financeiras foram utilizadas estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. Para efetuar estas estimativas, a Administração utilizou as melhores informações disponíveis na data da preparação das demonstrações financeiras, bem como a experiência de eventos passados e/ou correntes, considerando ainda pressupostos relativos a eventos futuros. As demonstrações financeiras incluem, portanto, estimativas referentes principalmente à estimativa do valor de recuperação de ativos financeiros (notas explicativas nº 2.2.c, nº 5 e nº 7), seleção da vida útil do ativo imobilizado (notas explicativas nº 2.2.m e nº 10), estimativa do valor de recuperação de ativos não financeiros (notas explicativas nº 2.2.p, nº 6, nº 10, nº 11 e nº 12), valor justo de propriedades para investimento (notas explicativas nº 2.2.i e nº 9), provisões necessárias para passivos tributários, cíveis e trabalhistas (notas explicativas nº 2.2.t e nº 19), provisões para impostos sobre a renda (notas explicativas nº 2.2.q e nº 18), determinação do valor justo de instrumentos financeiros (ativos e passivos) (notas explicativas nº 2.2.b e nº 23) e outras similares, estimativas referentes a seleção da taxa de juros (nota explicativa nº 23.d.5), retorno esperado dos ativos e escolha da tabela de mortalidade e expectativa de aumento dos

salários aplicados aos cálculos atuariais (notas explicativas nº 2.2.u e nº 20). O resultado das transações e informações quando da efetiva realização podem divergir das estimativas.

2.4 – Critérios de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas abrangem as demonstrações financeiras da controladora e de suas controladas CSA e SGUS, das quais possui 100% do capital social.

A controlada CSA, controladora da Coteminas Argentina S.A., da AMMO VAREJO S.A. - em recuperação judicial, da LAT Capital Ltd., da C7S Tecnologia Ltda. e da Compañía Textil Guaraní S.R.L., das quais possui 100% do capital social, direta e indiretamente, foi incluída no processo de consolidação a partir de suas demonstrações financeiras já consolidadas.

A controlada SGUS, controladora de: (i) Warbird Corporation (Delaware, EUA); (ii) Springs Home Textiles Reynosa, S.A. de C.V. (México); e (iii) Casa Springs S.A. de C.V. (México); todas com participação de 100%, foi incluída no processo de consolidação a partir de suas demonstrações financeiras já consolidadas.

O processo de consolidação das contas patrimoniais e de resultados corresponde à soma dos saldos das contas do ativo, passivo, receitas e despesas, segundo suas respectivas naturezas, complementado com a eliminação dos investimentos nas empresas controladas, dos lucros ou prejuízos não realizados e dos saldos das contas entre as empresas incluídas na consolidação.

Os efeitos da variação cambial sobre os investimentos no exterior e os ajustes de avaliação patrimonial, estão destacados na demonstração das mutações do patrimônio líquido nas rubricas “Ajustes acumulados de conversão” e “Ajustes de avaliação patrimonial”, respectivamente, e são revertidas para resultado quando da baixa dos investimentos que lhes deram origem. As práticas contábeis das controladas sediadas no exterior foram ajustadas para as mesmas práticas contábeis da controladora.

As demonstrações financeiras das empresas controladas sediadas no exterior foram convertidas para Reais, com base na taxa corrente do dólar vigente em 31 de dezembro de 2023 e 2022, para as contas do balanço patrimonial e o resultado foi convertido pelas taxas mensais.

	2023	2022	Variação
Taxa fechamento:			
31 de dezembro	4,8413	5,2177	- 7,2%
Taxa média:			
31 de dezembro (12 meses)	4,9841	5,1386	- 3,0%

2.5 – Novas IFRS, revisões das IFRS e interpretações do IFRIC (Comitê de Interpretação das Normas Internacionais de Relatório Financeiro do IASB).

a) Alguns novos pronunciamentos contábeis do IASB e interpretações do IFRIC foram publicados e/ou revisados e têm a sua adoção obrigatória a partir de 31 de janeiro de 2024. Todavia, foi permitida a adoção antecipada dessas normas, interpretações e alterações de normas

<u>Norma</u>	<u>Principais exigências</u>	<u>Data de entrada em vigor</u>
Emenda IAS 1 – Classificação de passivos como circulante e não circulante e Revisão de Pronunciamento Técnico nº 26 – Apresentação das demonstrações contábeis.	As alterações visam promover a consistência na aplicação dos requisitos, ajudando as empresas a determinar se, na demonstração da posição financeira, a dívida e outros passivos com data de liquidação incerta devem ser classificados como circulantes (vencidos ou potencialmente exigíveis dentro de um ano).	Aplicável a exercícios ou períodos com início em ou após 1º de janeiro de 2024.

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>2023</u>	<u>2022</u>	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Operações compromissadas (*)	1	28	2.512	135.361
Depósitos no exterior	-	-	27.191	61.980
Depósitos em contas correntes	-	14	4.817	28.103
Bloqueios judiciais	-	-	3.640	-
	-----	-----	-----	-----
	1	42	38.160	225.444
	=====	=====	=====	=====

(*) Os rendimentos das aplicações financeiras variam de 100% a 110% das taxas que remuneram os Certificados de Depósitos Interbancários – CDI.

4. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	<u>Consolidado</u>	
	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Fundos de investimentos no exterior	12.791	23.004
Depósito restrito (1)	499	2.452
Fundo de reserva (2)	8.632	8.470
	-----	-----
	21.922	33.926
Circulante	(13.290)	(23.531)
	-----	-----
Não circulante	8.632	10.395
	=====	=====

(1) Em 31 de dezembro de 2023, a controladora não possuía depósitos restritos em instituições financeiras (R\$1.925 em 31 de dezembro de 2022), e a controlada SGUS possuía R\$499, equivalente a US\$102 mil (R\$527 equivalente a US\$101 mil, em 31 de dezembro de 2022) na condição de “Compensating balance arrangement”.

(2) Valor referente ao fundo de reserva da 5ª emissão de debêntures da controlada CSA, equivalentes a 3 parcelas futuras. Vide nota explicativa nº14 às demonstrações financeiras.

5. DUPLICATAS A RECEBER

	Consolidado	
	2023	2022
Cientes no mercado interno	120.617	144.351
Cientes no mercado externo	38.710	43.542
Operadoras de cartão de crédito	2.595	10.453
	-----	-----
	161.922	198.346
Provisão para perda esperada com créditos de liquidação duvidosa	(36.646)	(35.079)
	-----	-----
	125.276	163.267
	=====	=====

As duplicatas a receber de clientes são compostas substancialmente por títulos cujo prazo médio de recebimento é de aproximadamente 71 dias (44 dias em 31 de dezembro de 2022). Os valores vencidos estão demonstrados abaixo e o saldo da provisão para perda esperada com créditos de liquidação duvidosa é considerado pela Administração suficiente para cobrir as perdas esperadas com estes títulos.

A composição das duplicatas a receber consolidada por idade de vencimento é como segue:

	2023	2022
A vencer	84.783	144.747
Vencidas até 30 dias	6.725	5.086
Vencidas de 31 a 60 dias	7.267	2.301
Vencidas de 61 a 90 dias	9.233	1.619
Vencidas de 91 a 180 dias	11.271	3.882
Vencidas acima de 180 dias	42.643	40.711
	-----	-----
	161.922	198.346
	=====	=====

A movimentação da provisão para perda esperada com créditos de liquidação duvidosa consolidada é como segue:

	2023	2022
Saldo no início do exercício	(35.079)	(29.156)
Adições	(1.752)	(17.422)
Baixas	1	11.038
Variação cambial	184	461
	-----	-----
Saldo no final do exercício	(36.646)	(35.079)
	=====	=====

Considerando as informações subsequentes a 31 de dezembro de 2023, até a aprovação das demonstrações financeiras, não foram identificadas perdas relevantes não provisionadas.

6. ESTOQUES E ADIANTAMENTOS A FORNECEDORES

a. Estoques

	Consolidado	
	2023	2022
Matérias-primas e secundários	44.624	74.839
Produtos em elaboração	59.505	77.551
Produtos acabados	76.923	168.903
Peças de reposição	36.470	36.856
	-----	-----
	217.522	358.149
	=====	=====

Os estoques estão demonstrados líquidos dos saldos das provisões para perdas. As controladas operacionais avaliam a realização dos estoques anualmente ou sempre que houver indicativos de prováveis perdas.

Os grupos de estoques de matérias-primas, secundários e produtos em elaboração possuem um baixo risco de perda, pois a conversão em produto acabado pode ser administrada. O grupo de estoque de produtos acabados é avaliado pela sua rentabilidade, e principalmente aqueles estoques considerados descontinuados e obsoletos.

Em 31 de dezembro de 2023, não foram identificadas potenciais perdas esperadas na realização desses estoques, que não estivessem provisionadas. Os custos de ociosidade, quando ocorrem, são reconhecidos diretamente no resultado do exercício e não são considerados no custo de produção.

A movimentação da provisão para perdas consolidada é como segue:

	2022	(Adições) Baixas	Variação cambial	2023
Matérias-primas e secundários	(1.719)	44	1.024	(651)
Produtos acabados	(23.764)	12.786	37	(10.941)
Peças de reposição	(472)	(42)	-	(514)
	-----	-----	-----	-----
	(25.955)	12.788	1.061	(12.106)
	=====	=====	=====	=====

	2021	(Adições) Baixas	Variação cambial	2022
Matérias-primas e secundários	(2.555)	(180)	1.016	(1.719)
Produtos acabados	(13)	(23.757)	6	(23.764)
Peças de reposição	(564)	92	-	(472)
	<u>(3.132)</u>	<u>(23.845)</u>	<u>1.022</u>	<u>(25.955)</u>
	=====	=====	=====	=====

b. Adiantamentos a fornecedores

Ano	Consolidado	
	2023	2022
2024	9.465	35.010
	=====	=====

7. VALORES A RECEBER DE CLIENTES

	Consolidado	
	2023	2022
Clientes com pedido de recuperação judicial (a)	-	12.424
Clientes em recuperação judicial (b)	1.289	1.332
Parcelamento de créditos com clientes (c)	8.494	5.083
Financiamento no repasse de lojas (d)	384	768
Venda de imóveis (e)	557	3.855
Outros	3.172	1.690
	<u>13.896</u>	<u>25.152</u>
Circulante (*)	(10.430)	(9.017)
	<u>3.466</u>	<u>16.135</u>
Não circulante	=====	=====

(*) Incluída na rubrica "Outros créditos a receber" no ativo circulante.

(a) O Narciso Enxovais do Brasil Ltda. ingressou com o pedido de Recuperação Judicial (RJ) no segundo trimestre de 2022, o qual teve o processamento deferido. O Narciso reconheceu a totalidade dos créditos com a Companhia. Em 30 de junho de 2023, foi efetuada provisão para perda no valor de R\$12.424. Em 28 de setembro de 2023, foi aprovado em assembleia geral de credores o pedido de recuperação judicial, com condições mínimas de recuperação de crédito. Em Dezembro de 2023, o pedido de recuperação judicial foi homologado.

(b) Pagamentos semestrais crescentes com correção de 2% a 8% a.a., com vencimento final em dezembro/2027. Em 31 de dezembro de 2023, o saldo apresentado está líquido de provisão para perda no valor de R\$2.127 (R\$2.127 em 2022).

(c) Pagamento em até 70 parcelas mensais com juros de 0,50% a 2,00% ao mês. Em 31 de dezembro de 2023, os recebíveis estão deduzidos de provisão para perda esperada com créditos de liquidação duvidosa no valor de R\$2.685 (R\$412 em 31 de dezembro de 2022).

(d) Financiamento de repasses de lojas para franqueados, para pagamento em parcelas mensais iguais atualizadas pela variação do índice geral de preços do mercado – IGP-M.

(e) Pagamento em até 3 parcelas mensais com juros de 0,5% ao mês e atualização pelo IPCA.

Considerando as informações subsequentes a 31 de dezembro de 2023, até a aprovação das demonstrações financeiras, não foram identificadas perdas relevantes não provisionadas.

8. INVESTIMENTOS EM CONTROLADAS E COLIGADA

a) Investimentos diretos:

Controladas	Patrimônio líquido	Participação - %	Resultado do exercício	Total do investimento		Resultado de equivalência patrimonial (controladora)	
				2023	2022	2023	2022
SGUS	202.729	100,0	(142.389)	202.729	372.811	(142.389)	(13.746)
CSA (1)	(871.603)	100,0	(918.839)	-	56.811	(918.839)	(610.781)
				-----	-----	-----	-----
				202.729	429.622	(1.061.228)	(624.527)
				=====	=====	=====	=====

(1) Em 31 de dezembro de 2023, o patrimônio líquido da controlada CSA apresentava saldo devedor de R\$871.603. Este passivo foi apresentado na rubrica “Obrigações com controladas”, no passivo não circulante.

b) Investimentos indiretos:

Investimentos da SGUS

A controlada SGUS possuía 14,27% da New Keeco Holdings, LLC, (“Keeco”) quando a Keeco combinou suas operações com as operações vendidas da SGUS em março de 2019. A Keeco Holdings é uma empresa com portfólio de produtos e marcas líderes nos mercados de cortinas, *utility bedding*, e *decorative bedding*, além de carteira diversificada de clientes, incluindo as principais empresas do varejo tradicional e digital do mercado norte-americano. No 4º trimestre de 2020, a controlada SGUS (juntamente com os demais acionistas da Keeco) disponibilizou para venda essa participação e, portanto, reclassificou o investimento para a rubrica “Ativos mantidos para venda”.

Em 19 de setembro de 2022, os acionistas da Keeco e suas subsidiárias, juntamente com os acionistas da Hollander Parent Corporation (“Hollander”) e suas subsidiárias e a SGUS, entre outros, assinaram acordo de contribuição de ativos, formando uma nova empresa combinada denominada Keeco, Inc., que atuará no mesmo segmento de mercado de ambas as companhias.

Após a contribuição de ativos, a SGUS recebeu por sua participação na Keeco, 15.167 ações ordinárias comuns (*Common stocks*) da Keeco, Inc., representando 6,33% dessa classe de ações, mais uma opção de compra de 10.220 ações dessa mesma classe, ao preço de US\$0,01 por ação com vencimento em 5 anos da data de emissão ou caso ocorra uma mudança de controle da Keeco, Inc.

Considerando-se o exercício das opções, e a conversão das ações preferenciais (*preferred stocks*) emitidas pela Keeco Inc. em ações comuns (*common stocks*), a SGUS terá participação de 5,13% do capital,

deixando de existir outra classe de ações. Considerando-se ainda as possibilidades de emissão de 67.506 novas ações em bônus para os gestores elegíveis da Keeco Inc., a participação da SGUS poderá chegar no mínimo (*fully-dilluted*) de 4,51%.

A Keeco, Inc. inicia suas operações com faturamento consolidado equivalente a US\$1,2 bilhão e em suas projeções para 5 anos estima um faturamento de US\$1,6 bilhão.

Considerando as projeções anuais, geração de caixa e múltiplos aplicáveis para essa categoria de indústria, consultores externos da SGUS, utilizando o menor percentual de participação da SGUS, 4,51%, estimavam a recuperação desse investimento em até 5 anos em valores que podem variar entre US\$31,5 milhões e US\$43,3 milhões.

A SGUS, a partir daquela data, reclassificou esse investimento, antes na rubrica de “ativos mantidos para a venda”, para outros investimentos, que será avaliado ao custo contábil e ajustado pelo valor de recuperação caso haja indícios de não recuperabilidade desse investimento.

Em 2023 e 2024, ocorreram dois eventos de aumento de capital na Keeco que impactaram a participação acionária da SGUS na Keeco. Nesses dois eventos, a SGUS teve a opção de comprar ações adicionais da Keeco para evitar diluição (“preemptive rights”). A SGUS decidiu não comprar essas ações adicionais e teve a sua participação reduzida de 4,51% para 0,8% das ações ordinárias da Keeco. Em março de 2024, a SGUS recebeu o orçamento atualizado da Keeco para o ano de 2024 e verificou redução na projeção do EBITDA ajustado quando comparado com as projeções apresentadas em anos anteriores. Com essa redução, e com a diluição mencionada acima, a administração da Companhia concluiu pela necessidade de contabilizar, em junho de 2023, um complemento da provisão para perda no valor de R\$107,6 milhões (US\$22,3 milhões) nesse investimento, e consequentemente a baixa do imposto diferido no valor de R\$14,9 (US\$3,0 milhões).

Em 31 de dezembro de 2023, o valor de R\$7.114, equivalentes a US\$1.469, estava contabilizado na rubrica “Outros investimentos” no ativo não circulante (R\$124.217, equivalentes a US\$23.807, em 31 de dezembro de 2022). Considerando as informações subsequentes a 31 de dezembro de 2023, até a divulgação das demonstrações financeiras, não foram identificadas perdas relevantes não provisionadas.

Investimentos da CSA

	Patri- mônio líquido	Partici- pação - %	Resul- tado do exercício	Total dos investimentos		Resultado de equiva- lência patrimonial	
				2023	2022	2023	2022
Controladas -							
Coteminas Argentina S.A.	40.921	100,00	(25.532)	40.921	99.721	(25.532)	(6.926)
LAT Capital Ltd.	14.437	100,00	(3.815)	14.437	19.731	(3.815)	6.443
AMMO VAREJO S.A. (1) (2)	13.724	100,00	(156.426)	-	35.946	(156.426)	(86.631)
Compañía Textil Guaraní S.R.L. (3)	1.126	100,00	(252)	1.126	1.426	(252)	(3.480)
				-----	-----	-----	-----
				56.484	156.824	(186.025)	(90.594)
				=====	=====	=====	=====

(1) Em 31 de dezembro de 2022, incluía ágio da aquisição do investimento, no valor de R\$27.303. Para fins de apresentação nas demonstrações consolidadas da controlada CSA, era classificado na rubrica Intangível no balanço consolidado. Em 30 de junho de 2023, devido aos recorrentes prejuízos daquela controlada, foi efetuada a baixa deste ágio para o resultado (apresentado na rubrica “Outras, liquidas – baixa ágio de controlada

(2) Em 10 de junho de 2022, a CSA realizou aporte de capital na sua controlada AMMO no valor de R\$196.815, subscrito e integralizado mediante a conferência das marcas “ARTEX”, “AMMO” e “PERSONO” no valor de R\$170.922, apurados em laudo de avaliação das marcas realizado por consultores

especializados, Deloitte Touche Tohmatsu Consultores Ltda., e saldos de mútuo no valor de R\$25.893. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, para fins de apresentação dos investimentos nas demonstrações da CSA Controladora, foi eliminado o lucro não realizado do valor justo das marcas no valor de R\$161.507, e da rubrica de Intangível no consolidado. Vide nota explicativa nº12 às demonstrações financeiras. Em 31 de dezembro de 2023, o patrimônio líquido ajustado da controlada AMMO apresentava saldo devedor de R\$147.783. Este passivo foi apresentado na rubrica “Obrigações com controladas”, no passivo não circulante nas demonstrações da CSA Controladora.

(3) Em 2023, a CSA subscreveu e integralizou capital na controlada no valor de R\$42.

Investimentos da AMMO

	Patrimônio líquido	Participação - %	Resultado do exercício	Total dos investimentos		Resultado de equivalência patrimonial	
				2023	2022	2023	2022
Investimentos em controlada:							
C7S Tecnologia Ltda.	17.648	100,00	528	17.648	17.120	528	(4.367)
				=====	=====	=====	=====
Investimentos em coligada:							
A11I Tecnologia S.A. (a)	11.568	48,00	10	13.847	-	5	-
				=====	=====	=====	=====

(a) Em 16 de Outubro de 2023, a AMMO realizou aporte de capital na coligada A11I Tecnologia S.A. com ativos do imobilizado no valor de R\$ 334 (vide nota explicativa nº10 às demonstrações financeiras) e propriedade intelectual no valor de R\$6.905 (vide nota explicativa nº12 às demonstrações financeiras). A coligada tem por objeto social: (i) atividades relacionadas a análise, desenvolvimento, produção, licenciamento e cessão de programas de computador sob encomenda; (ii) suporte técnico em informática, inclusive instalação, configuração e manutenção de programas de computador e acesso à internet por provedores; (iii) assessoria e consultoria em informática e (iv) participação em outras sociedades, como sócia ou acionista, no país ou no exterior.

	A11I Tecnologia S.A.
	2023
Ativos circulantes	4.350
Ativos não circulantes	7.225
Total dos ativos	11.575
Passivos circulantes	7
Passivos não circulantes	-
Total dos passivos	7
Patrimônio líquido – Controladora (*)	11.568
Receita líquida (12 meses)	-
Lucro (prejuízo) do exercício – Controladora	10

(*) O Patrimônio Líquido da coligada está deduzido de Capital social a Integralizar pelos demais acionistas, no montante de R\$17.280, que será integralizado em até 36 meses após a 1ª integralização. A AMMO integralizou a totalidade do capital subscrito com ativos.

c) Movimentação dos investimentos em controladas:

	2022	Equivalência patrimonial	Variação cambial sobre investimentos no exterior (1)	Ajustes de avaliação patrimonial	Obrigações com controladas	2023
SGUS	372.811	(142.389)	(26.815)	(878)	-	202.729
CSA	56.811	(918.839)	(9.575)	-	871.603	-
	-----	-----	-----	-----	-----	-----
	429.622	(1.061.228)	(36.390)	(878)	871.603	202.729
	=====	=====	=====	=====	=====	=====

	2021	Equivalência patrimonial	Variação cambial sobre investimentos no exterior (1)	Ajustes de avaliação patrimonial	2022
SGUS	401.829	(13.746)	(26.301)	11.029	372.811
CSA	633.305	(610.781)	34.287	-	56.811
	-----	-----	-----	-----	-----
	1.035.134	(624.527)	7.986	11.029	429.622
	=====	=====	=====	=====	=====

(1) Efeito cambial dos investimentos líquidos. Vide nota explicativa nº 23.d.3.1 às demonstrações financeiras.

d) Movimentação dos investimentos em coligada (indireta):

	2022	Aporte de capital	Ganho de participação	Equivalência patrimonial	2023
<u>Coligada</u>					
A11I Tecnologia S.A.	-	7.239	6.603	5	13.847
	=====	=====	=====	=====	=====

9. PROPRIEDADES PARA INVESTIMENTO

Os saldos consolidados das propriedades para investimento são conforme segue:

	Imóveis para renda São Gonçalo		Imóveis para valorização			Total
	Complexo comercial (1)	Complexo Residencial (2)	Acreúna (3)	Montes Claros (4)	Vinhedo (5)	
Saldos em 31 de dezembro de 2021	324.990	46.950	30.380	57.570	-	459.890
Adições	637	1.698	-	30	-	2.365
Baixas	(63)	(361)	-	-	-	(424)
Variação do valor justo (a)	54.961	848	-	9.487	-	65.296
Saldos em 31 de dezembro de 2022	380.525	49.135	30.380	67.087	-	527.127
Adições	128	63	-	-	63.800	63.991
Baixa	-	-	-	(3.432)	-	(3.432)
Variação do valor justo (a)	2.140	148	-	71	589	2.948
Transferências	(23)	36	(13)	-	-	-
Transferências para o disponível para venda.	-	-	(30.367)	-	-	(30.367)
Propriedades de uso por controlada (b)	-	-	-	-	(64.389)	(64.389)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	382.770	49.382	-	63.726	-	495.878

(a) Valores lançados no resultado dos respectivos exercícios.

(b) Valores reclassificados para o balanço consolidado. Vide nota explicativa nº 10 às demonstrações financeiras

As avaliações são efetuadas por especialistas em avaliações imobiliárias para determinação do valor justo de todos os imóveis e, a diferença positiva entre o custo residual do imóvel e o valor justo apurado, líquido dos efeitos tributários, foi registrada em "Outros resultados abrangentes", na categoria de itens que não afetarão o resultado no caso de avaliação inicial ao valor justo e no resultado do exercício quando apurada variação do valor justo a partir da segunda mensuração.

(1) Complexo comercial: Trata-se de um complexo comercial de 319,7 mil m², denominado Centro Comercial Seridó, onde 122,2 mil m² já foram desenvolvidos e arrendados. Em 2023, os valores de receita por arrendamento foram de R\$11.950 (R\$11.731 em 2022).

Com a destinação deste imóvel para atividade de arrendamento e com retorno específico diverso das operações têxteis da controlada CSA, foi transferido seu valor residual, antes registrado como imobilizado a custo, para a rubrica de propriedades para investimentos, nos respectivos anos de desocupação.

Os valores apurados foram os seguintes:

	2023	2022
Custo residual do imóvel	112.186	112.081
Mais valia apurada (a)	270.584	268.444
	-----	-----
Valor justo (b)	382.770	380.525
	=====	=====

(a) Apurado imposto diferido passivo de R\$91.998 (R\$91.271 em 31 de dezembro de 2022). Vide nota explicativa nº 18.b.1 às demonstrações financeiras.

(b) Valor justo apurado conforme laudo de avaliação efetuado por Mercatto Assessoria e Avaliações Ltda., avaliadores independentes, em consonância com a norma de avaliação de bens NBR 14.653 expedida pela ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas, para os respectivos exercícios. Para a mensuração do valor justo foi aplicada a “abordagem de mercado” (classificação nível 2), sendo as principais informações utilizadas os preços comparáveis por m² de imóveis similares na região e área dos imóveis.

(2) Complexo residencial: Em 2018, a controlada CSA disponibilizou área no município de São Gonçalo do Amarante – RN contendo 520 mil m² para início de empreendimento habitacional. Os valores apurados foram os seguintes:

	2023	2022
Custo residual do imóvel	1.529	1.430
Mais valia apurada (a)	47.853	47.705
	-----	-----
Valor justo (b)	49.382	49.135
	=====	=====

(a) Apurado imposto diferido passivo de R\$16.269 (R\$16.220 em 31 de dezembro de 2022). Vide nota explicativa nº 18.b.1 às demonstrações financeiras.

(b) Valor justo apurado conforme laudo de avaliação efetuado por Mercatto Assessoria e Avaliações Ltda., avaliadores independentes, em consonância com a norma de avaliação de bens NBR 14.653 expedida pela ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas, para os respectivos exercícios. Para a mensuração do valor justo foi aplicada a “abordagem de mercado” (classificação nível 2), sendo as principais informações utilizadas os preços comparáveis por m² de imóveis similares na região e área dos imóveis.

(3) Imóvel para valorização Acreúna: Em 2021, a controlada CSA desocupou e destinou este imóvel para valorização ou renda. Seu valor residual, antes registrado como imobilizado a custo, foi transferido para a rubrica de propriedades para investimento e avaliado pelo valor justo.

Em 31 de dezembro de 2023, a controlada CSA disponibilizou o imóvel para venda. Vide maiores detalhes nas notas explicativas nº10.b.2 – Imobilizado Disponível para venda.

Os valores apurados foram os seguintes:

	2023	2022
Custo residual do imóvel	-	19.144
Mais valia apurada (a)	-	11.236
	-----	-----
Valor justo (b)	-	30.380
	=====	=====

(a) Apurado imposto diferido passivo de R\$3.820 em 31 de dezembro de 2022.

(b) Valor justo apurado conforme laudo de avaliação efetuado por Mercatto Assessoria e Avaliações Ltda., avaliadores independentes, em consonância com a norma de avaliação de bens NBR 14.653 expedida pela ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas, para o exercício de 2022. Para a mensuração do valor justo foi aplicada a “abordagem de mercado” (classificação nível 2), sendo as principais informações utilizadas os preços comparáveis por m² de imóveis similares na região e área dos imóveis.

(4) Imóveis para valorização Montes Claros: Esses imóveis foram classificados como propriedades para investimento pela controlada CSA e são assim compostos:

	2023	2022
Terreno e edificações (antiga MECA) (44.402 m²)	36.340	36.644
Terreno da ESURB atrás da CODEVASF (2.770 m²)	5.130	5.230
Terreno da ESURB Bairro Santa Rita II (2.580 m²)	1.084	4.413
Terreno região nova Prefeitura (72.491 m²)	21.172	20.800
	-----	-----
Total	63.726	67.087
	=====	=====
	2023	2022
Custo residual dos imóveis	36.458	39.890
Mais valia apurada (a)	27.268	27.197
	-----	-----
Valor justo (b)	63.726	67.087
	=====	=====

(a) Apurado imposto diferido passivo de R\$9.271 (R\$9.245 em 31 de dezembro de 2022). Vide nota explicativa nº 18.b.1 às demonstrações financeiras.

(b) Valor justo apurado conforme laudo de avaliação efetuado por Mercatto Assessoria e Avaliações Ltda., avaliadores independentes, em consonância com a norma de avaliação de bens NBR 14.653 expedida pela ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas, para os respectivos exercícios. Para a mensuração do valor justo foi aplicada a “abordagem de mercado” (classificação nível 2), sendo as principais informações utilizadas os preços comparáveis por m² de imóveis similares na região e área dos imóveis.

(5) Imóveis para valorização Vinhedo: Em 2018, a controladora CTNM adquiriu um imóvel na cidade de Vinhedo - SP, com 51 mil metros quadrados, onde estão localizados o centro de distribuição e o setor administrativo de sua controlada indireta AMMO. Em Outubro de 2023, a controladora CTNM alienou o referido imóvel para a controlada CSA pelo valor justo registrado na data, através de créditos entre as partes relacionadas.

	2023
Custo residual do imóvel	63.800
Mais valia apurada (a)	589

Valor justo (b)	64.389
	=====

(a) Apurado imposto diferido passivo de R\$ 200 em 31 de dezembro de 2023. Vide nota explicativa nº 18.b.1 às demonstrações financeiras.

(b) Valor justo apurado conforme laudo de avaliação efetuado por Mercatto Assessoria e Avaliações Ltda., avaliadores independentes, em consonância com a norma de avaliação de bens NBR 14.653 expedida pela ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas, para o exercício de 2023. Para a mensuração do valor justo foi aplicada a “abordagem de mercado” (classificação nível 2), sendo as principais informações utilizadas os preços comparáveis por m² de imóveis similares na região e área dos imóveis.

10. IMOBILIZADO E IMOBILIZADO DISPONÍVEL PARA VENDA

a. Imobilizado

		2023			2022
	Taxa % (*)	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Terrenos e benfeitorias	9,6	46.512	(19.344)	27.168	30.974
Edifícios	2,5	336.232	(181.684)	154.548	170.026
Instalações	6,9	222.277	(176.755)	45.522	51.027
Máquinas e equipamentos	7,8	1.156.774	(972.059)	184.715	222.755
UHE - Porto Estrela (**)	5,2	39.954	(25.195)	14.759	16.193
Móveis, utensílios e outros	7,6	119.104	(108.511)	10.593	13.610
Obras em andamento	-	15.750	-	15.750	17.826
		-----	-----	-----	-----
		1.936.603	(1.483.548)	453.055	522.411
Propriedade de uso por controlada (***)		64.389	-	64.389	-
		-----	-----	-----	-----
		2.000.992	(1.483.548)	517.444	522.411
		=====	=====	=====	=====

(*) Taxa média ponderada anual de depreciação.

(**) Vide nota explicativa nº 16 às demonstrações financeiras.

(***) Vide nota explicativa nº 9.5 às demonstrações financeiras.

A movimentação dos saldos de ativos imobilizados consolidados é conforme segue:

	Terrenos e benfeitorias	Edifícios	Instala- ções	Máquinas e equipa- mentos	UHE Porto Estrela (1)	Móveis, utensílios e outros	Obras em andamento (2)	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2021	30.892	177.783	55.543	246.931	17.624	15.856	33.992	578.621
Adições	3.685	-	107	3.544	-	1.546	2.244	11.126
Baixas líquidas	-	-	(40)	(118)	-	(130)	(176)	(464)
Transferências								
- Imobilizado	(1.307)	(192)	3.123	13.476	4	2.999	(18.103)	-
- Bens cedidos em comodato	-	-	(11)	-	-	11	-	-
- Imobilizado disponível para venda	-	-	-	(102)	-	1	-	(101)
Variação cambial	583	806	126	47	-	(151)	(131)	1.280
Depreciação do exercício	(2.302)	(8.371)	(8.139)	(41.023)	(1.435)	(6.332)	-	(67.602)
Reversão (provisão) para perdas com ativos	(577)	-	318	-	-	(190)	-	(449)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	30.974	170.026	51.027	222.755	16.193	13.610	17.826	522.411
Adições	6.948	-	6	860	-	1.765	954	10.533
Baixas líquidas	(714)	-	(74)	(9)	-	(20)	-	(817)
Reversão de provisão para desvalorização de ativos baixados	685	-	109	-	-	-	-	794
Baixa para aporte de capital em coligada (3)	-	-	-	-	-	(334)	-	(334)
Reversão (provisão) para desvalorização de ativos	(3.286)	-	8	53	-	(401)	-	(3.626)
Transferências								
- Imobilizado	(167)	(213)	1.520	33	-	1.187	(2.360)	-
- Imobilizado disponível para venda	-	(1.661)	(363)	-	-	-	-	(2.024)
Variação cambial	(4.425)	(5.390)	(168)	(649)	-	30	(670)	(11.272)
Depreciação do exercício	(2.847)	(8.214)	(6.543)	(38.328)	(1.434)	(5.244)	-	(62.610)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	27.168	154.548	45.522	184.715	14.759	10.593	15.750	453.055
Total provisão para desvalorização de Ativos	(4.068)	-	(14)	-	-	(3.992)	-	(8.074)

(1) Vide nota explicativa nº 16 às demonstrações financeiras.

(2) Obras em andamento correspondem principalmente à modernização de máquinas e equipamentos.

(3) Vide nota explicativa nº 8.b às demonstrações financeiras.

Anualmente, ou sempre que as circunstâncias indicarem que o valor contábil talvez não seja recuperável, a Companhia avalia a recuperabilidade do ativo imobilizado. Em 31 de dezembro de 2023, o ativo imobilizado está deduzido de provisão para perda no valor de R\$8.074 (R\$5.242 em 31 de dezembro de 2022). O saldo da provisão para perda é considerado pela Administração, suficiente para cobrir as perdas esperadas com estes ativos.

b. Imobilizado disponível para venda

As subsidiárias da Companhia identificam os ativos que foram retirados das operações e segregados para venda. Esses ativos são formados basicamente pela atualização, no curso normal de suas operações, do parque industrial da subsidiária brasileira e por máquinas e equipamentos das unidades fabris da subsidiária americana que tiveram suas operações encerradas. Adicionalmente, os equipamentos disponibilizados para venda decorrentes da readequação das capacidades produtivas também foram incluídos nesta rubrica. Esses ativos foram avaliados pelo menor valor entre seu registro contábil e seu valor de possível realização, resultando no reconhecimento de perdas prováveis em sua realização (redução ao valor recuperável).

A movimentação do imobilizado disponível para a venda foi como segue:

	2022	Variação cambial	Transferências		Adições (2)	Baixas	2023
			Imobilizado (1)	Propriedades p/investimento (2)			
Custo	461.614	(31.562)	5.306	30.367		(8.800)	456.925
Depreciação	(389.135)	27.108	(3.282)	-		-	(365.309)
Provisão para desvalorização de ativos	(48.569)	3.137	-	-	(19.114)	-	(64.546)
	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----
	23.910	(1.317)	2.024	30.367	(19.114)	(8.800)	27.070
	=====	=====	=====	=====	=====	=====	=====

	2021	Adições	Variação cambial	Transferência do imobilizado	2022
Custo	482.352	8.644	(29.543)	161	461.614
Depreciação	(415.205)	-	26.130	(60)	(389.135)
Provisão para desvalorização de ativos	(51.606)	12	3.025	-	(48.569)
	-----	-----	-----	-----	-----
	15.541	8.656	(388)	101	23.910
	=====	=====	=====	=====	=====

(1) Em 31 de dezembro a controlada CSA disponibilizou imóveis para venda. Em 2024, a controlada CSA entregou os imóveis em Dação de pagamento para quitação de empréstimo com o Banco Sofisa no valor de R\$27.871. Vide maiores detalhes na nota explicativa nº28 - Eventos subsequentes às demonstrações financeiras.

(2) Em 31 de dezembro de 2023, a controlada CSA disponibilizou o imóvel de Acreúna para venda e contabilizou provisão para perda no valor de R\$19.114. Em 2024, a controlada CSA entregou o imóvel em Dação de pagamento para quitação de empréstimo com o Banco Luso Brasileiro no valor de R\$11.253. Vide maiores detalhes na nota explicativa nº28 - Eventos subsequentes às demonstrações financeiras.

11. DIREITOS DE USO E ARRENDAMENTOS FINANCEIROS A RECEBER

A composição dos bens contratados como arrendamentos são como segue:

	Taxa (2) % a.a.	Consolidado			
		2023			2022
		Custo	Amortização acumulada	Líquido	Líquido
Imóveis (CSA e AMMO – uso próprio)	20,9	13.667	(13.611)	56	1.820
Imóveis (SGUS – uso próprio)	8,3	42.975	(17.906)	25.069	30.878
Imóveis – lojas (AMMO – uso próprio)	21,6	83.144	(43.163)	39.981	49.442
Veículos	70,3	1.223	(1.223)	-	773
Propriedades para investimentos (1)		45.659	-	45.659	61.483
Total de direito de uso		186.668	(75.903)	110.765	144.396
Arrendamentos financeiros a receber (1)		85.672	-	85.672	100.241
		272.340	(75.903)	196.437	244.637
		=====	=====	=====	=====

(1) Imóveis arrendados, e subarrendados em parte, pela controlada SGUS.

(2) A taxa média de amortização corresponde ao prazo médio dos contratos de arrendamentos dos respectivos bens de direito de uso.

A movimentação dos bens contratados como arrendamentos são como segue:

	Imóveis	Imóvel – fábrica	Imóveis – SGUS	Imóveis - Lojas	Veículos	Proprieda- des para investimento	Arrendamen- tos financeiros a receber	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2021	4.796	8.781	37.153	62.343	220	70.416	114.667	298.376
Variação cambial	-	(568)	(2.474)	-	-	(4.642)	(7.556)	(15.240)
Adições (1)	-	-	-	13.801	1.199	-	-	15.000
Baixas (2)	-	(7.721)	-	(8.578)	-	-	-	(16.299)
Amortização do exercício	(2.976)	(492)	(3.801)	(18.124)	(646)	-	-	(26.039)
Encargos	-	-	-	-	-	6.711	10.248	16.959
Subarrendamentos recebidos	-	-	-	-	-	(11.002)	(17.118)	(28.120)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	1.820	-	30.878	49.442	773	61.483	100.241	244.637
Variação cambial	-	-	(2.122)	-	-	(4.304)	(7.018)	(13.444)
Adições (1)	-	-	-	27.716	23	-	-	27.739
Baixas (2)	-	-	-	(18.801)	-	(6.875)	-	(25.676)
Amortização do exercício	(1.764)	-	(3.687)	(18.376)	(796)	-	-	(24.623)
Encargos	-	-	-	-	-	6.052	9.240	15.292
Subarrendamentos recebidos	-	-	-	-	-	(10.697)	(16.791)	(27.488)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	56	-	25.069	39.981	-	45.659	85.672	196.437
	=====	=====	=====	=====	=====	=====	=====	=====

(1) Inclui novos contratos de arrendamento, renovação de contratos existentes e atualização dos valores dos arrendamentos.

(2) Contratos de aluguel encerrados antecipadamente.

Os valores a receber decorrentes do subarrendamento dos imóveis em seus valores contratados são como segue:

Ano	Arrendamentos financeiros a receber	
	2023	2022
2023	-	17.579
2024	16.551	17.838
2025	16.738	18.039
2026 em diante	86.758	93.504
	-----	-----
	120.047	146.960
Ajuste a valor presente	(34.375)	(46.719)
	-----	-----
	85.672	100.241
Circulante	(15.687)	(16.661)
	-----	-----
Não circulante	69.985	83.580
	=====	=====

Os valores registrados como arrendamento financeiro possui uma expectativa de cumprimento dos contratos de longo prazo com os subarrendatários e também, para alguns imóveis, uma expectativa de ocupação por algum período de vacância que são atualizados e avaliados anualmente. Em 31 de dezembro de 2023, a controlada SGUS não possuía inadimplências com os contratos vigentes de subarrendamento.

12. INTANGÍVEL

	Consolidado	
	2023	2022
Ágio na aquisição da AMMO (1)	-	27.303
Marcas – próprias (2)	16.267	16.267
Marcas – licença de uso (3)	6.057	10.848
Propriedade intelectual (4)	725	9.784
Pontos comerciais (luvas) (5)	9.486	18.771
	-----	-----
Total	32.535	82.973
	=====	=====

A movimentação dos saldos consolidados dos ativos intangíveis no exercício foi como segue:

	Ágio na aquisição da AMMO (1)	Marcas - próprias (2)	Marcas - licença de uso (3)	Propriedade intelectual (4)	Pontos comerciais (5)	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2021	27.303	16.267	11.482	13.996	25.077	94.125
Adições	-	-	-	725	300	1.025
Amortização	-	-	(1.236)	(4.937)	-	(6.173)
Variação cambial	-	-	602	-	-	602
Provisão para desvalorização de ativos	-	-	-	-	(6.606)	(6.606)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	27.303	16.267	10.848	9.784	18.771	82.973
Adições	-	-	-	-	1.110	1.110
Baixas	-	-	-	-	(4.758)	(4.758)
Reversão de provisão para desvalorização de ativos baixados	-	-	-	-	4.016	4.016
Baixa do ágio na aquisição da AMMO (1)	(27.303)	-	-	-	-	(27.303)
Baixa para aporte de capital em coligada (4)	-	-	-	(6.905)	-	(6.905)
Reversão (provisão) para desvalorização de ativos	-	-	-	-	(5.761)	(5.761)
Amortização	-	-	(1.237)	(2.154)	(3.892)	(7.283)
Variação cambial	-	-	(3.554)	-	-	(3.554)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	-	16.267	6.057	725	9.486	32.535

(1) Ágio na aquisição da AMMO: Ágio decorrente de investimento na AMMO

Anualmente, a Companhia avalia a recuperabilidade deste ágio, utilizando, para tanto, práticas consideradas de mercado, como o fluxo de caixa descontado de sua unidade que possui ágio alocado. A recuperabilidade do ágio é avaliada com base na análise e identificação de fatos ou circunstâncias que possam acarretar a necessidade de se antecipar o teste realizado anualmente. Caso algum fato ou circunstância indique o comprometimento da recuperabilidade do ágio, o teste é antecipado.

O período de projeção dos fluxos de caixa para dezembro de 2023 foi de cinco anos. As premissas utilizadas para determinar o valor justo pelo método do fluxo de caixa descontado incluem: projeções de fluxo de caixa com base nas estimativas da Administração para fluxos de caixa futuros, taxas de desconto e taxas de crescimento para determinação da perpetuidade. Adicionalmente, a perpetuidade foi calculada considerando a estabilização das margens operacionais, níveis de capital de giro e investimentos.

A taxa de desconto utilizada foi de 13,3% a.a. e a taxa de crescimento da perpetuidade considerada foi de 3% a.a. A taxa de desconto utilizada foi determinada levando em consideração informações de mercado disponíveis na data do teste. Em junho de 2023, devido a atual situação da controlada indireta, foi realizado a baixa deste ágio para o resultado (apresentado na rubrica “Outras, liquidas – baixa ágio de controlada”).

(2) Marcas – próprias: As marcas próprias estão registradas ao custo de aquisição, possuem vida útil indefinida, portanto não são amortizadas.

(3) Marcas – licença de uso: Representa o licenciamento do uso da marca “Santista” na Argentina e é amortizado pelo prazo do contrato em 15 anos.

(4) Propriedade intelectual: Refere-se à software desenvolvido para unificação dos canais de venda no varejo (lojas físicas e E-commerce), e é amortizado em 5 anos. Em outubro de 2023, a controlada indireta AMMO Varejo S.A. realizou investimento na coligada A11I Tecnologia S.A. através do aporte do intangível no valor de R\$6.905. Vide nota explicativa nº 8.b às demonstrações financeiras.

(5) Pontos comerciais (luvas): Os valores referentes aos pontos comerciais (luvas) estão registrados pelo custo de aquisição dos respectivos pontos de vendas deduzidos de provisão para perda no valor de R\$14.925 (R\$13.180 em 31 de dezembro de 2022), baseado em seus valores de mercado determinados por empresa independente com especialização para avaliação dos mesmos, e pelos fluxos de caixa das respectivas lojas. A partir de 2023, a controlada indireta AMMO, com base em eventos e circunstâncias atuais do mercado de varejo, passou a adotar o regime de vida útil definida para realização desses ativos, com base no prazo médio de seus contratos de locação e geração de caixa de suas lojas. Portanto, passou a amortizar o ativo em 5 anos a partir de seu valor líquido de provisão em 31 de dezembro de 2022, e consequentemente sem efeitos de amortização no exercício anterior.

Os itens de (2) a (5) acima são testados anualmente quanto a sua recuperabilidade. A Companhia não identificou indícios de deterioração ou de não recuperação dos saldos mantidos nesses itens.

13. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

		Taxa anual		Consolidado	
	Moeda	de juros - %	Vencimento	2023	2022
Moeda nacional:					
Banco do Brasil S.A. (a) (1)	R\$	120,0 do CDI	2030	441.088	375.214
Banco BBM S.A.- CCB	R\$	7,0 + CDI	2025	6.373	6.690
Banco ABC do Brasil S.A. - CCE	R\$	4,9 + CDI	2025	7.997	14.216
Banco Bradesco S.A. (b) (1) (2)	R\$	6,1 e 6,3 + CDI	2027	44.601	41.161
BNDES (Finame)	R\$	3,0 a 9,5	2023	-	6
Banco Daycoval S.A.	R\$	7,1 e 9,8 + CDI	2026	23.096	36.241
Banco Santander S.A. (c) (1) (2)	R\$	5,6 + CDI	2024	2.741	8.248
Banco Safra S.A. - CCB	R\$	6,8 e 10,7 + CDI	2024	5.510	37.157
Banco Fibra S.A. - CCE	R\$	168,0 do CDI	2024	19.629	14.973
Banco Sofisa S.A.	R\$	6,8 e 8,3 + CDI	2028	31.080	20.750
Caixa Econômica Federal - CCB (3)	R\$	180,0 do CDI	2023	-	5.597
Banco Pine S.A.	R\$	9,1 + CDI	2024	158	566
Banco Industrial do Brasil S.A.	R\$	5,2 + CDI	2024	26.752	1.031
Banco ABC do Brasil S.A. – CCB	R\$	3,9 a 6,3 + CDI	2025	9.527	11.925
Banco BTG Pactual S.A.	R\$	13,9	2023	-	2.277
Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP (3)	R\$	4,4	2025	9.561	13.951
Banco Daycoval S.A.	R\$	14,9	2026	1.326	1.797
Banco Luso Brasileiro S.A.	R\$	8,9 + CDI	2027	10.388	-
SFT Fundo de Investimento em direitos creditórios	R\$	14,7 + CDI	2025	4.968	-
Outros	R\$	-	2026	13.106	29.842
				657.901	621.642
Moeda estrangeira:					
Banco Patagônia	\$ARG	38,7	2024	2.447	100
Banco Luso Brasileiro S.A.	US\$	13,3 e 13,5	2023	-	8.031
Banco do Brasil S.A.	US\$	5,0 e 8,5	2024	74.166	67.162
				76.613	75.293
Total				734.514	696.935
Circulante				(371.774)	(625.260)
Não circulante				362.740	71.675

(1) Em 2023, a Companhia e sua controlada CSA não cumpriram certos índices financeiros relativos a esses empréstimos, mas devido a renegociações em 2024, mantiveram os vencimentos originais desses empréstimos. Conforme determina o CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis, apresentamos os respectivos empréstimos no passivo circulante no balanço patrimonial.

Os valores reclassificados foram como segue:

	Consolidado		
	Vencimento Original	Reclassificação	Apresentação Balanço
Circulante	371.774	308.773	680.547
Não circulante	362.740	(308.773)	53.967
	-----	-----	-----
Total dos Empréstimos	734.514	-	734.514
	=====	=====	=====

(2) Contratos da controlada CSA com cláusulas de vencimento antecipado, os quais suas parcelas de longo prazo, no valor de R\$15.135, foram reclassificadas para o passivo circulante no balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022.

Os valores reclassificados foram como segue:

	Consolidado		
	Vencimento original	Reclassificação	Apresentação Balanço
Circulante	625.260	15.135	640.395
Não circulante	71.675	(15.135)	56.540
	-----	-----	-----
Total dos Empréstimos	696.935	-	696.935
	=====	=====	=====

(3) Inclui empréstimos mantidos pela controladora no montante de R\$9.561 (R\$19.548 em 31 de dezembro de 2022).

(a) Empréstimos da controlada CSA, com cláusulas contratuais de vencimento antecipado, onde a Companhia, na condição de avalista, comprometeu-se a cumprir os seguintes índices financeiros: razão entre Dívida Financeira Líquida e EBITDA, de no máximo 3,5 vezes em suas demonstrações financeiras consolidadas anuais.

(b) Empréstimos da controlada CSA, com cláusula contratual de vencimento antecipado, onde a Companhia, na condição de avalista, comprometeu-se a cumprir o seguinte índice financeiro em suas demonstrações financeiras consolidadas anuais: razão entre Dívida Financeira Líquida e EBITDA, de no máximo 2,5 vezes.

(c) Empréstimos da controlada CSA, com cláusulas contratuais de vencimento antecipado, onde a Companhia, na condição de avalista, comprometeu-se a cumprir os seguintes índices financeiros em suas demonstrações financeiras consolidadas anuais: (i) razão entre Dívida Financeira Líquida e EBITDA, de no máximo a 3,0 vezes; (ii) razão entre Dívida Financeira Líquida e Patrimônio Líquido no máximo 0,7 vezes; e (iii) razão entre o EBITDA e a despesa financeira líquida no mínimo 2,0 vezes.

Os termos utilizados para descrever os índices financeiros descritos nos itens (a) a (c) acima, têm sua definição determinada em contrato e podem diferir das rubricas contábeis.

Os empréstimos são garantidos por: (i) imóveis, máquinas e equipamentos, gravados em 1º grau; (ii) fiança do controlador da SGPSA; e (iii) por duplicatas a receber.

Os vencimentos (originais) dos empréstimos são como segue:

	2024	2025	2026	2027	2028 a 2030	Total
Moeda nacional:						
Banco do Brasil S.A. (*)	158.835	62.721	52.114	52.326	115.092	441.088
Banco BBM S.A. – CCB	5.998	375	-	-	-	6.373
Banco ABC do Brasil S.A. - CCE	4.006	3.991	-	-	-	7.997
Banco Bradesco S.A. (*)	18.081	10.608	10.608	5.304	-	44.601
Banco Daycoval S.A.	8.950	8.293	5.853	-	-	23.096
Banco Santander S.A.	2.741	-	-	-	-	2.741
Banco Safra S.A. - CCB	5.510	-	-	-	-	5.510
Banco Fibra S.A. - CCE	19.629	-	-	-	-	19.629
Banco Sofisa S.A.	14.895	5.111	5.111	5.111	852	31.080
Banco Pine S.A.	158	-	-	-	-	158
Banco Industrial do Brasil S.A.	26.752	-	-	-	-	26.752
Banco ABC do Brasil S.A. - CCB	4.772	4.755	-	-	-	9.527
Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP	5.188	4.373	-	-	-	9.561
Banco Daycoval S.A.	493	476	357	-	-	1.326
Banco Luso Brasileiro S.A.	4.240	2.732	2.733	683	-	10.388
SFT Fundo de Investimento em direitos creditórios	3.037	1.931	-	-	-	4.968
Outros	11.876	1.136	94	-	-	13.106
	295.161	106.502	76.870	63.424	115.944	657.901
Moeda estrangeira:						
Banco Patagônia	2.447	-	-	-	-	2.447
Banco do Brasil S.A.	74.166	-	-	-	-	74.166
	76.613	-	-	-	-	76.613
Total	371.774	106.502	76.870	63.424	115.944	734.514

(*) Contratos com cláusulas de vencimento antecipado, os quais suas parcelas de longo prazo foram reclassificadas para o passivo circulante no balanço patrimonial.

Considerando os eventos subsequentes a 31 de dezembro de 2023, vide maiores detalhes na nota explicativa nº28.b às demonstrações financeiras.

A movimentação consolidada dos empréstimos e debêntures foi como segue:

	2023			2022
	Empréstimos	Debêntures	Total	Total
Saldo no início do exercício	696.935	338.520	1.035.455	1.005.913
Novas captações ou renovações	169.035	-	169.035	402.636
Juros provisionados	124.085	63.121	187.206	180.001
Amortização de principal	(179.072)	(16.000)	(195.072)	(406.331)
Pagamento de juros	(41.611)	(15.708)	(57.319)	(134.151)
Variação cambial	(7.550)	-	(7.550)	(1.900)
Encargos antecipados, líquidos	2.108	3.287	5.395	(10.713)
Alienação de créditos tributários (4)	(29.416)	-	(29.416)	-
Saldo no final do exercício	734.514	373.220	1.107.734	1.035.455

(4) Em Fevereiro de 2023, a controlada CSA firmou um contrato de venda dos créditos de precatórios com o Banco Safra, pelo montante de R\$23.187. Considerando a opção de recompra dos créditos, a controlada CSA tratava a operação como um empréstimo, e manteve ambos saldos registrados no balanço. Dada a

situação atual da controlada CSA, não há expectativas de recompra dos direitos creditórios, portanto, os saldos foram baixados em Dezembro de 2023. O efeito no resultado foi uma perda no montante de R\$61.264, registrados na rubrica “Outras Líquidas”. Vide baixa do ativo na nota explicativa 18.d às demonstrações financeiras.

14. DEBÊNTURES

(a) Em 26 de julho de 2021 a controlada CSA emitiu 160.000 debêntures não conversíveis em ações (5ª emissão de debêntures), com as características abaixo, a qual, em 4 de agosto de 2021, foram integralmente subscritas pela Virgo Companhia de Securitização (“Virgo”). As características das debêntures são as seguintes:

Características da 5ª emissão de debêntures

Quantidade de debênture emitida	160.000
Valor unitário da debênture (valor em reais)	R\$1.000,00
Amortização	120 parcelas iguais
Vencimento inicial	18/08/2021
Vencimento final	17/07/2031
Remuneração	IPCA + 9,25%a.a.
Amortização da remuneração	Mensal
Garantias	(1)
Cláusulas de vencimento antecipado (covenants)	(2)

As Debêntures foram objeto de distribuição pública com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução CVM 476, sendo coordenada pelo Banco Votorantim.

Em 4 de agosto de 2021, foi firmado com a Virgo distribuição pública com esforços restritos de Certificados de Recebíveis Imobiliários - CRI no mercado brasileiro, nos termos da Instrução da CVM nº 414 e da Instrução CVM nº 476 e demais disposições legais e regulamentares pertinentes, tendo como lastro as debêntures emitidas pela CSA, os quais foram totalmente subscritos.

Os recursos ingressaram na CSA na data da subscrição dos CRI. As despesas de emissão da Debênture e de emissão dos CRI, no valor de aproximadamente R\$5.887, equivalentes a 3,67% do valor total de emissão, serão amortizados como custo da operação, juntamente com os encargos da Debênture, na proporção de seu saldo devedor.

Parte dos recursos foram destinados obrigatoriamente para pagamento integral da 4ª emissão de debênture junto ao Banco Itaú BBA S.A.

(1) Garantia Real: Imóveis da CSA, referidos nos itens 1 e 2 da nota explicativa nº 9 às demonstrações financeiras, cujo valor de avaliação deve manter-se superior a 1,8 vezes o saldo devedor das Debêntures no 1º ano e nos seguintes 2,0 vezes. Adicionalmente, os contratos de locação do imóvel fazem parte da garantia, podendo o agente fiduciante, em caso de inadimplemento reter os recebíveis de aluguéis até a solução da inadimplência.

Garantia Fidejussória: Fiança prestada pela Companhia e por Josué Christiano Gomes da Silva.

(2) Cláusulas de vencimento antecipado (covenants):

A Companhia na condição de avalista, comprometeu-se a cumprir os seguintes índices financeiros em suas demonstrações financeiras consolidadas semestrais: (i) razão entre Dívida Financeira Líquida e EBITDA, de no máximo a 3,0 vezes em 2021 e 2,5 vezes em 2022 e 2,25 vezes a partir de 2023; (ii) razão entre Dívida Financeira Líquida e Patrimônio Líquido no máximo 0,80 vezes. Após a conclusão da venda de investimento

na SGUS, razão entre Dívida Financeira Líquida e Patrimônio Líquido no máximo 0,65 vezes em 2022 e 2023 e 0,60 vezes a partir de 2024; e (iii) razão entre o Ativo Circulante e o Passivo circulante (excluídos os impactos da SGUS) de no mínimo 1,2 vezes.

A controlada CSA, diante do não cumprimento de certos índices financeiros relativos a essas debêntures em Dezembro de 2023, apresentou as parcelas de longo prazo no passivo circulante no balanço patrimonial. Os valores reclassificados foram como segue:

	Vencimento original	Reclassificação	Apresentação balanço
Circulante	18.612	122.538	141.150
Não circulante	122.538	(122.538)	-
	-----	-----	-----
Total das Debêntures	141.150	-	141.150
	=====	=====	=====

(b) Em 30 de maio de 2022 a controlada indireta AMMO aprovou a emissão de até 300.000.000 debêntures conversíveis em ações, nos termos do artigo 57 da lei das Sociedades por Ações (1ª emissão de debêntures), as quais, em 20 de junho de 2022, foram subscritas 180.000.000 debêntures pela Odernes Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia ("Odernes"). As 120.000.000 debêntures emitidas e não subscritas, poderiam ter sido subscritas até 1º de Junho de 2023. Como a subscrição não ocorreu, elas foram canceladas.

As características das debêntures são as seguintes:

Características da 1ª emissão de debêntures

Quantidade de debêntures emitidas	300.000.000
Quantidade de debêntures subscritas	180.000.000
Valor unitário da debênture (valor em reais)	R\$1,00
Amortização	Parcela única no vencimento
Vencimento	20/06/2027
Remuneração	20% a.a. (capitalização trimestral)
Amortização da remuneração	Parcela única no vencimento do principal

As debêntures foram objeto de colocação privada sem a intermediação de instituições integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários e/ou a realização de qualquer esforço de venda perante público em geral, que possa caracterizar uma distribuição pública de valores mobiliários.

Conversão em ações:

As debêntures, incluindo todos os demais valores devidos no âmbito desta Emissão, poderão ser convertidas em ações a serem emitidas pela controlada indireta AMMO, no vencimento das debêntures ou na ocorrência de um evento de liquidez (oferta pública de ações), sendo: (i) 25% do saldo das debêntures de forma mandatória e, (ii) 75% do saldo das debêntures a exclusivo critério do debenturista.

Destinação dos recursos: Os recursos serão utilizados para reforço do capital de giro e suportar o plano de expansão do varejo.

Garantias:

Garantia Real: Alienação fiduciária das ações de emissão da controlada indireta AMMO.

	2023	2022
Valor recebido:		
Valor subscrito	180.000	180.000
Comissão de estruturação	(4.950)	(4.950)
Despesas com assessores (reembolso)	(2.647)	(2.647)
	-----	-----
Total recebido	172.403	172.403
	=====	=====
Despesas de emissão:		
Comissão de estruturação total	8.250	8.250
Despesas com assessores	6.851	6.851
	-----	-----
	15.101	15.101
Amortização das despesas de emissão	(4.614)	(1.593)
	-----	-----
Total de despesas a amortizar	10.487	13.508
	=====	=====

Os recursos ingressaram na controlada indireta AMMO na data da subscrição. As despesas de emissão das debêntures, no valor de R\$15.101, serão amortizadas mensalmente como custo da operação até o vencimento das debêntures.

Em 31 de dezembro de 2023, diante de obrigação ("Covenant") não cumprida, a controlada indireta AMMO, apresentou as parcelas de longo prazo no passivo circulante no balanço patrimonial. Exceto pelo não cumprimento dessas obrigações não pecuniárias, a controlada indireta AMMO está adimplente com suas obrigações contratuais.

Considerando os eventos subsequentes a 31 de dezembro de 2023, vide maiores detalhes na nota explicativa nº28.c às demonstrações financeiras.

Os saldos das debêntures, em 31 de dezembro de 2023 e 2022, eram assim compostos:

	Debêntures		Consolidado	
	5ª emissão	1ª emissão	2023	2022
	(a)	(b)		
Valor original	121.333	180.000	301.333	317.333
Encargos antecipados	(2.014)	(10.487)	(12.501)	(15.789)
Juros provisionados	21.831	62.557	84.388	36.976
	-----	-----	-----	-----
Total das debêntures	141.150	232.070	373.220	338.520
Circulante	(141.150)	(232.070)	(373.220)	(17.763)
	-----	-----	-----	-----
Não circulante	-	-	-	320.757
	=====	=====	=====	=====

15. FORNECEDORES

	Consolidado	
	2023	2022
Mercado interno	256.921	239.421
Mercado externo	36.527	33.539
	-----	-----
	293.448	272.960
	=====	=====

As contas a pagar a fornecedores são compostas substancialmente por títulos cujo prazo médio de pagamento é de aproximadamente 158 dias (98 dias em 31 de dezembro de 2022).

16. CONCESSÕES GOVERNAMENTAIS

A controlada CSA participa em consórcio de concessão de geração de energia elétrica com as empresas CEMIG Geração e Transmissão S.A. e Vale (denominada anteriormente Companhia Vale do Rio Doce), em partes iguais de 33,33%, para cuja administração não foi constituída empresa com característica jurídica independente. São mantidos controles nos registros contábeis da CSA, equivalentes à sua participação.

Como retribuição pela outorga da concessão, a CSA e as demais consorciadas pagarão à União parcelas ao longo do tempo de concessão, conforme demonstrado abaixo.

Início do prazo de concessão: 10 de julho de 1997
 Prazo de concessão: 35 anos
 Valor total da concessão: R\$333.310
 Atualização monetária: IGP-M

Parcelas anuais demonstrando os valores totais da concessão:

	5º ao 15º ano 2002 a 2012	16º ao 25º ano 2013 a 2022	26º ao 35º ano 2023 a 2032
	-----	-----	-----
Valores históricos:			
Parcela mínima	120	120	120
Parcela adicional	-	12.510	20.449
	-----	-----	-----
Parcela anual	120	12.630	20.569
Parcelas totais	1.320	126.300	205.690
Parcelas atualizadas	10.456	1.000.425	1.629.255
	=====	=====	=====

A controlada CSA reconhece as despesas incorridas pelo regime de competência, em contrapartida ao passivo não circulante, de forma linear, tendo como base sua participação no valor total da outorga; 33,33%, a valor presente, considerando a taxa básica de juros na contratação da concessão, atualizada pelo IGP-M.

As movimentações ocorridas nos saldos da concessão, são como segue:

	Consolidado	
	2023	2022
Saldo inicial	94.517	95.584
Apropriação das parcelas da outorga	6.250	6.421
Baixas (a)	(59.000)	(40.477)
Juros (7,5% a.a.)	30.950	30.641
Variação monetária (IGP-M)	928	2.348
	-----	-----
Saldo a vencer do contrato	73.645	94.517
Parcelas em atraso (b)	187.893	-
	-----	-----
Total	261.538	94.517
Circulante	(242.201)	(56.253)
	-----	-----
Não circulante	19.337	38.264
	=====	=====

(a) As baixas representam as parcelas vencidas mensalmente conforme previsto no contrato de concessão.

(b) Em maio de 2023, a controlada CSA ingressou com ação judicial solicitando o restabelecimento do equilíbrio econômico do contrato de concessão, mediante a substituição do índice de correção monetária definido no referido contrato, para que os valores das UBP's sejam corrigidos de acordo com o IPCA, apurando se, ainda, o montante pago a maior em razão da aplicação de tal índice durante o período de 2013 a 2023.

Os valores apresentados no ativo imobilizado, objeto da presente concessão, em 31 de dezembro de 2023, somam R\$14.759 (R\$16.193 em 31 de dezembro de 2022) (vide nota explicativa nº10 às demonstrações financeiras) e consideram a participação da CSA nos investimentos realizados para a construção da Usina Hidroelétrica de Porto Estrela, localizada no Rio Santo Antônio, a 270 km de Belo Horizonte, com potência instalada de 112MW. A referida Usina iniciou sua geração no final de 2001.

17. ARRENDAMENTOS A PAGAR

A composição dos arrendamentos a pagar é como segue:

	Vencimentos	Consolidado	
		2023	2022
Imóveis	2024	67	2.167
SGUS (*)	2030	173.973	212.808
Imóveis – lojas	2028	42.573	53.436
Veículos	2023	-	789
		-----	-----
		216.613	269.200
Circulante		(49.098)	(59.782)
		-----	-----
Não circulante		167.515	209.418
		=====	=====

(*) Passivo correspondente aos ativos de direito de uso classificados como: (i) Imóveis – SGUS; (ii) Propriedades para investimento; e (iii) Arrendamentos financeiros a receber. Vide nota explicativa nº 11 às demonstrações financeiras.

A Administração da Companhia optou pela abordagem de transição retrospectiva simplificada. Essa abordagem não impacta os lucros acumulados (patrimônio líquido) na data da adoção inicial, uma vez que o montante do ativo de direito de uso é igual ao passivo de arrendamentos a pagar trazidos ao valor presente e possibilita a utilização de expedientes práticos. A Administração da Companhia considerou como componente de arrendamento para lojas somente o valor do aluguel mínimo fixo para fins de avaliação do passivo. A mensuração do passivo de arrendamento corresponde ao total dos pagamentos futuros de aluguéis fixos, nos quais consideramos os prazos vigentes nos contratos. Esses fluxos de pagamentos são ajustados a valor presente, considerando a taxa incremental de empréstimo. Os encargos financeiros são reconhecidos como despesa financeira. A taxa incremental de empréstimo corresponde à taxa de juros que a Companhia teria que pagar, caso contratasse financiamento para a aquisição de ativos similares aos direitos de uso, com valor similar, e sob as mesmas condições contratuais e econômicas do arrendamento (variam entre 9% e 10% ao ano).

Os vencimentos dos arrendamentos consolidados são como segue:

	2024	2025	2026	2027 a 2030	Total
Imóveis	70	-	-	-	70
SGUS	33.997	34.271	34.548	141.016	243.832
Imóveis – lojas	18.226	13.838	9.785	10.138	51.987
Total bruto	52.293	48.109	44.333	151.154	295.889
Ajuste a valor presente	(3.195)	(6.915)	(9.773)	(59.393)	(79.276)
Total a pagar	49.098	41.194	34.560	91.761	216.613
	=====	=====	=====	=====	=====

A movimentação consolidada dos arrendamentos a pagar é como segue:

	2023					2022
	Imóveis	SGUS	Imóveis – lojas	Veículos	Total	Total
Saldo no início do exercício	2.167	212.808	53.436	789	269.200	325.736
Adições (1)	-	-	27.716	23	27.739	15.001
Baixas (2)	-	(7.526)	(20.326)	-	(27.852)	(18.356)
Encargos	73	20.052	4.761	38	24.924	28.811
Pagamentos	(2.173)	(36.473)	(23.014)	(850)	(62.510)	(65.304)
Variação cambial	-	(14.888)	-	-	(14.888)	(16.688)
Saldo no final do exercício	67	173.973	42.573	-	216.613	269.200
	=====	=====	=====	=====	=====	=====

(1) Inclui novos contratos de arrendamento, renovação de contratos existentes e atualização dos valores dos arrendamentos.

(2) Contratos de aluguel encerrados antecipadamente.

Os efeitos no resultado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 são como segue:

	2023					2022
	Imóveis	SGUS	Imóveis – lojas	Veículos	Consolidado	Consolidado
Arrendamentos pagos no exercício	2.173	36.473	23.014	850	62.510	65.304
PIS e COFINS recuperado	-	-	(2.129)	-	(2.129)	(2.120)
Amortização de direitos de uso	(1.764)	(3.687)	(18.376)	(796)	(24.623)	(26.039)
PIS e COFINS sobre amortização	-	-	1.754	-	1.754	1.606
Encargos, líquidos	(73)	(4.760)	(4.761)	(38)	(9.632)	(11.852)
PIS e COFINS sobre juros	-	-	375	-	375	513
Baixas, líquidas	-	651	1.525	-	2.176	2.057
Subarrendamentos recebidos	-	(27.488)	-	-	(27.488)	(28.120)
Total dos efeitos com a aplicação da norma IFRS 16	336	1.189	1.402	16	2.943	1.349
	=====	=====	=====	=====	=====	=====

18. IMPOSTO DE RENDA E OUTROS IMPOSTOS

a. Conciliação dos impostos sobre o lucro (imposto de renda e contribuição social)

	2023				
	SGPSA (Controladora)	CSA Consolidado	SGUS	Outros (1)	Consolidado
Resultado antes dos impostos	(1.065.922)	(921.321)	(126.828)	1.060.608	(1.053.463)
Equivalência patrimonial	1.061.228	(5)	-	(1.061.228)	(5)
Subvenção para investimentos	-	(4.004)	-	-	(4.004)
Diferenças permanentes de controladas no exterior	-	-	(37)	-	(37)
Outros	-	481	-	-	481
Base de cálculo dos impostos	(4.694)	(924.849)	(126.865)	(620)	(1.057.028)
Alíquota de 34%	1.596	314.449	43.134	211	359.390
Créditos fiscais não constituídos	(1.596)	(311.636)	(58.075)	(211)	(371.518)
Outros	-	(331)	-	-	(331)
Total dos impostos sobre o lucro	-	2.482	(14.941)	-	(12.459)
	=====	=====	=====	=====	=====
Impostos sobre o lucro – corrente	-	(336)	(49)	-	(385)
Impostos sobre o lucro – diferido	-	2.818	(14.892)	-	(12.074)
	=====	=====	=====	=====	=====

	2022				
	SGPSA (Controladora)	CSA Consolidado	SGUS	Outros	Consolidado
Resultado antes dos impostos	(630.785)	(586.775)	(13.865)	624.697	(606.728)
Equivalência patrimonial	624.527	-	-	(624.527)	-
Subvenção para investimentos	-	(17.167)	-	-	(17.167)
Diferenças permanentes de controladas no exterior	-	-	(1.172)	-	(1.172)
Outros	-	628	-	-	628
	-----	-----	-----	-----	-----
Base de cálculo dos impostos	(6.258)	(603.314)	(15.037)	170	(624.439)
Alíquota de 34%	2.128	205.127	5.112	(58)	212.309
Créditos fiscais não constituídos	(2.128)	(227.846)	(5.163)	58	(235.079)
Outros	-	(1.287)	-	-	(1.287)
	-----	-----	-----	-----	-----
Total dos impostos sobre o lucro	-	(24.006)	(51)	-	(24.057)
	=====	=====	=====	=====	=====
Impostos sobre o lucro – corrente	-	(1.291)	(51)	-	(1.342)
Impostos sobre o lucro – diferido	-	(22.715)	-	-	(22.715)
	=====	=====	=====	=====	=====

(1) Inclui efeito cambial de controladas e eliminações para a consolidação.

b. Imposto de renda e contribuição social diferidos

A Companhia, na condição de controladora, tem como resultado basicamente equivalência patrimonial e resultado de aplicações financeiras. Os lucros de controladas no exterior são tributados como adição ao lucro tributável e recebem créditos dos impostos pagos no país de origem até o limite de 25% de sua base de cálculo. Quando esses resultados são prejuízos, eles não se constituem em créditos tributários no Brasil, porém são compensados com os resultados futuros da controlada no exterior que o gerou. Portanto, na condição de controladora, são bem específicas as situações onde a Companhia pode vir a constituir créditos tributários.

Os valores de imposto de renda e de contribuição social diferidos, registrados nas demonstrações financeiras consolidadas, são provenientes de provisões temporariamente não dedutíveis, crédito fiscal incorporado e prejuízos fiscais das controladas.

O imposto de renda e contribuição social diferidos consolidados são compostos como segue:

	Saldos em 2022	Reconhecidos no resultado	Variação cambial	Outros	Saldos em 2023
Ativo:					
Diferenças temporárias (CSA - Argentina) (1) (a)	185	-	-	(185)	-
Diferenças temporárias (CSA - Brasil) (1) (p)	16.783	-	-	-	16.783
Prejuízo fiscal, líquido (SGUS - EUA) (2) (a)	16.124	(14.961)	(1.163)	-	-
Prejuízo fiscal, líquido (SGPSA - Brasil) (a)	1.905	-	-	-	1.905
	-----	-----	-----	-----	-----
	34.997	(14.961)	(1.163)	(185)	18.688
Imposto diferido passivo:					
Propriedades para investimento (CSA - Brasil) (1) (p)	(120.556)	2.818	-	-	(117.738)
Correção monetária (CSA - Argentina) (1) (p)	(2.911)	-	-	2.318	(593)
	-----	-----	-----	-----	-----
Total de impostos diferidos, líquidos	(88.470)	(12.143)	(1.163)	2.133	(99.643)
	=====	=====	=====	=====	=====
Total do ativo não circulante (soma de a)	18.214	(14.961)	(1.163)	(185)	1.905
Total do passivo não circulante (soma de p)	(106.684)	2.818	-	2.318	(101.548)
	=====	=====	=====	=====	=====

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia possuía R\$140.916 em prejuízos fiscais (R\$136.222 em 31 de dezembro de 2022) e R\$140.917 de base de cálculo negativa de contribuição social sobre o lucro (R\$136.222 em 31 de dezembro de 2022), cujos ativos fiscais não estão reconhecidos nas demonstrações financeiras.

(1) Impostos diferidos da controlada CSA:

Impostos diferidos (ativo):

A controlada CSA, com base em plano de negócios e projeções futuras, manteve os ativos fiscais diferidos decorrentes de prejuízos fiscais acumulados. As projeções futuras consideram os resultados operacionais da Companhia, para os próximos 10 anos trazidos a valor presente e uma redução das taxas de juros ao longo desse período e o consequente custo da dívida, dentre outras ações.

Com base nestas ações e nas premissas utilizadas na preparação do plano de negócios, a Administração daquela controlada possui expectativa de geração de lucros tributáveis futuros que permitirão a realização dos créditos tributários diferidos demonstrados como segue:

Ano	Consolidado		
	Diferenças temporárias	Prejuízos fiscais	Total
2024	3.766	-	3.766
A partir de 2027	13.017	-	13.017
	-----	-----	-----
	16.783	-	16.783
	=====	=====	=====

As diferenças temporárias são dedutíveis integralmente do lucro tributável, enquanto que os prejuízos fiscais são limitados a 30% do lucro tributável. Ambos não têm prazo para prescrição.

Em 31 de dezembro de 2023, a controlada CSA possuía R\$2.278.711 em prejuízos fiscais (R\$1.681.347 em 31 de dezembro de 2022) e R\$2.285.137 de base de cálculo negativa de contribuição social sobre o lucro (R\$1.687.728 em 31 de dezembro de 2022), cujos ativos fiscais não estão reconhecidos nas demonstrações financeiras. Em 31 de dezembro de 2023, a controlada indireta AMMO possuía R\$615.912 em prejuízos fiscais (R\$467.095 em 31 de dezembro de 2022) e R\$615.940 de base de cálculo negativa de contribuição social sobre o lucro (R\$467.124 em 31 de dezembro de 2022), cujos ativos fiscais não estão reconhecidos nas demonstrações financeiras.

Impostos diferidos (passivo) – propriedades para investimento:

Imposto de renda e contribuição social decorrentes da mais valia apurada em propriedades para investimento. Vide nota explicativa nº 9 às demonstrações financeiras.

	Imóveis para renda São Gonçalo		Imóveis para valorização		Total
	Complexo comercial (9.1)	Complexo residencial (9.2)	Montes Claros (9.4)	Vinhedo (9.5)	
Valor justo	382.770	49.382	63.726	64.389	560.267
Total do custo residual	(112.186)	(1.529)	(36.458)	(63.800)	(213.973)
	-----	-----	-----	-----	-----
Mais valia apurada	270.584	47.853	27.268	589	346.294
	-----	-----	-----	-----	-----
Imposto de renda e contribuição social a pagar sobre mais valia (34%)	91.998	16.269	9.271	200	117.738
	=====	=====	=====	=====	=====

(2) Impostos diferidos da controlada SGUS:

Em 31 de dezembro de 2022, a controlada SGUS, possuía saldo de impostos diferidos ativos no valor de R\$16.124, com base em seu plano de negócios e projeções futuras, mantém ativos fiscais diferidos decorrentes, principalmente, de prejuízos fiscais acumulados.

Com base na revisão das projeções futuras dos seus resultados operacionais, em 30 de junho de 2023, o saldo foi baixado (vide nota explicativa nº8.b às demonstrações financeiras). O efeito no resultado foi uma perda no montante de R\$14,9 (US\$3,0 milhões).

As diferenças temporárias são dedutíveis integralmente do lucro tributável e não têm prazo para prescrição. Os prejuízos fiscais também são dedutíveis integralmente, mas possuem prazos de prescrição, tendo, os prejuízos fiscais federais, validade entre 2023 a 2034 e, os estaduais, validade entre 2023 a 2034.

Adicionalmente, em 31 de dezembro de 2023, a controlada SGUS possui saldo de R\$1.319.772 em prejuízos fiscais (R\$1.326.905 em 31 de dezembro de 2022), cujos ativos fiscais não estão reconhecidos nas demonstrações financeiras.

c. Impostos a recuperar

	Consolidado	
	2023	2022
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços – ICMS	15.909	14.225
Imposto de renda e contribuição social antecipados	18.051	18.174
PIS e COFINS a recuperar (*)	20.036	14.964
IVA/Ingressos brutos (Argentina)	1.263	2.520
IPTU a compensar	7.219	7.331
Outros impostos a recuperar	409	594
	-----	-----
	62.887	57.808
Circulante	(45.828)	(39.892)
	-----	-----
Não circulante	17.059	17.916
	=====	=====

(*) O saldo consolidado inclui créditos por compras e os montantes relacionados aos créditos gerados pela exclusão de ICMS na base de PIS e COFINS que estão sendo compensados com débitos de impostos Federais.

d. Impostos devidos e parcelamentos

Os impostos devidos e parcelamentos consolidados são atualizados pela taxa SELIC e são como segue:

	Consolidado	
	2023	2022
Parcelamentos Estaduais	103.323	62.695
Parcelamentos Federais	269.424	199.248
Outros parcelamentos	8.749	12.265
(-) Créditos a compensar (*)	-	(85.955)
	-----	-----
	381.496	188.253
Circulante	(103.316)	(94.795)
	-----	-----
Não circulante	278.180	93.458
	=====	=====

(*) Refere-se a direitos relacionados aos créditos gerados pela exclusão de ICMS na base de cálculo do PIS e COFINS. Devido a atual situação financeira da controlada CSA, não há expectativas de recompra dos direitos creditórios, portanto, os saldos foram baixados em Junho de 2023. O efeito no resultado foi uma perda no montante de R\$62.649, registrados na rubrica “Outras líquidas”. Vide baixa do passivo atrelado a alienação dos direitos creditórios na nota explicativa nº 13.4 às demonstrações financeiras.

Os vencimentos dos impostos parcelados são como segue:

	2024	2025	2026	2027 a 2030	Total
Parcelamentos estaduais	34.273	21.413	18.508	29.129	103.323
Parcelamentos federais	63.679	54.291	51.544	99.910	269.424
Outros parcelamentos	5.364	2.076	1.309	-	8.749
Total a pagar	103.316	77.780	71.361	129.039	381.496
	=====	=====	=====	=====	=====

A controlada CSA possui parcelamentos vigentes e pedidos de parcelamento de impostos e contribuições em atraso. A classificação contábil considera a possibilidade legal de obtenção dos parcelamentos conforme legislação aplicável e respectiva quantidade de parcelas, incluindo multas e juros incorridos.

19. PROVISÕES DIVERSAS

A Companhia e suas controladas vêm discutindo judicialmente a legalidade de alguns tributos e reclamações cíveis e trabalhistas. A provisão foi constituída de acordo com a avaliação do risco efetuada pela Administração e pelos seus assessores jurídicos, para as perdas consideradas prováveis.

A Companhia e suas controladas possuem processos tributários, cíveis e trabalhistas cujas perdas foram estimadas como possíveis, no valor de R\$42.347, R\$46.844 e R\$2.710, respectivamente (R\$41.153, R\$41.567 e R\$1.779 respectivamente, em 31 de dezembro de 2022). Os principais processos tributários correspondem a autos de infrações referentes a: (i) glosas de créditos de COFINS (R\$7.877); (ii) importações de insumos sob o regime de Drawback (R\$7.559); (iii) estorno de crédito de ICMS sobre energia elétrica (R\$6.978); (iv) isenção de IPI por ex-tarifário (R\$3.160); (v) ICMS diferido sobre importações (R\$1.612); (vi) ICMS obrigações acessórias (R\$705); (vii) Notas fiscais não reconhecidas (R\$1.448); e (viii) Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos – COFURH (R\$1.301). O principal processo cível corresponde a mandado de segurança impetrado contra a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE cujo valor corresponde a R\$38.701 que objetiva o afastamento de possíveis ônus financeiros decorrentes de decisões judiciais que determinam o rateio de prejuízos entre as geradoras de energia. Os principais processos trabalhistas correspondem a reclamações trabalhistas de ex-funcionários e terceiros.

Os processos judiciais cuja perda foi estimada como provável são assim resumidos:

	Consolidado	
	2023	2022
Tributários	41.877	4.524
Trabalhistas	31.078	11.064
Cíveis e outras	5.461	5.213
Total	78.416	20.801
	=====	=====
Depósitos judiciais	12.822	13.216
	=====	=====

Tributários – As controladas CSA e AMMO são polo ativo em ações judiciais que visam contestar a cobrança do diferencial de alíquota do ICMS (DIFAL) em decorrência da inconstitucionalidade da cobrança através de Convênio, sem lei complementar que o institua, bem como pelo descumprimento do princípio da anterioridade anual e nonagesimal da LC nº190/2022 pelos Estados. Inclui provisão sobre crédito complementar de PIS COFINS.

Trabalhistas – A controlada CSA é pólo passivo em ações movidas por ex-funcionários e terceiros.

Cíveis – A controlada CSA é pólo ativo em ação contra a União questionando a legalidade da cobrança da COFURH – Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos.

As movimentações do saldo da provisão consolidada são apresentadas a seguir:

	Tributários	Trabalhistas	Cíveis e outras	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2021	113	9.076	4.587	13.776
Adições	4.455	3.478	1.960	9.893
Baixas	(44)	(1.199)	(517)	(1.760)
Variação cambial	-	(291)	(817)	(1.108)
	-----	-----	-----	-----
Saldo em 31 de dezembro de 2022	4.524	11.064	5.213	20.801
Adições	37.502	27.772	1.352	66.626
Baixas	(149)	(7.139)	(137)	(7.425)
Variação cambial	-	(619)	(967)	(1.586)
	-----	-----	-----	-----
Saldo em 31 de dezembro de 2023	41.877	31.078	5.461	78.416
	=====	=====	=====	=====

20. PLANOS DE APOSENTADORIA E BENEFÍCIOS

Substancialmente, todos os funcionários da controlada SGUS são cobertos por planos de contribuição definida. Alguns executivos da controlada SGUS são cobertos pelo plano de benefício definido. A controlada SGUS pode efetuar contribuições arbitrárias para o plano de contribuição definida e essas contribuições são consideradas através de um percentual da remuneração elegível de cada participante. Adicionalmente, no caso de participantes elegíveis contribuir com um percentual de suas remunerações para alguns planos de contribuição definida, a controlada SGUS pode, arbitrariamente, efetuar uma contribuição na proporção dos valores contribuídos pelos participantes.

A controlada SGUS patrocina um plano de pensão de benefício definido para alguns de seus funcionários, cujos custos esperados de pensão são provisionados em regime de competência com base em estudos atuariais e as contribuições dos funcionários aposentados e da controlada SGUS são ajustadas periodicamente. As contribuições da controlada SGUS aos planos de benefício definido são efetuadas de acordo com a lei de aposentadoria dos EUA ("Employee Retirement Income Security Act") e os benefícios são geralmente baseados nos anos de serviço e níveis salariais (remuneração).

Os ativos do plano de benefício definido são investidos em fundos de renda variável e fundos de renda fixa (incluindo dívidas do governo americano). A controlada SGUS também fornece benefícios de aposentadoria a executivos elegíveis de acordo com planos executivos suplementares não qualificados de aposentadoria.

A tabela abaixo contém informações resumidas dos planos de pensão definido em 31 de dezembro de 2023 e 2022:

	2023	2022
Mudança no benefício provisionado:		
Benefício provisionado no início do ano	174.186	216.888
Custo do serviço	1.027	1.624
Custo dos juros	7.785	6.132
(Ganho) perda atuarial	4.072	(26.520)
Pagamento de benefícios	(6.624)	(9.404)
Variação cambial	(12.744)	(14.534)
	-----	-----
Benefício provisionado no final do ano	167.702	174.186
Mudança nos ativos do plano:		
Valor de mercado dos ativos no início do ano	50.440	74.651
Retorno sobre os ativos	5.866	(12.528)
Contribuições do empregador	105	2.867
Pagamento de benefícios	(6.624)	(9.404)
Variação cambial	(3.618)	(5.146)
	-----	-----
Valor de mercado dos ativos no final do ano	46.169	50.440
	-----	-----
Valor presente das obrigações a descoberto	121.533	123.746
	=====	=====
Premissas utilizadas para determinar as obrigações de benefícios no final do ano		
Taxa de desconto (a.a.)	4,85% a 5,00%	5,00% a 5,05%
Aumento futuro de salários (a.a.)	-	-
Premissas atuariais para determinar a despesa líquida para os exercícios findos nessas datas		
Taxa de desconto e taxa de rendimento esperada sobre ativos (a.a.)	2,65% a 5,05%	2,65% a 2,85%
Aumento futuro de salários (a.a.)	-	-
Componentes do custo líquido do benefício:		
Custo do serviço	1.027	1.624
Custo dos juros, líquido	4.739	2.992
	-----	-----
Custo líquido do benefício	5.766	4.616
	=====	=====

A estratégia de investimento da controlada SGUS é de aplicar numa carteira diversificada com o objetivo de maximizar os retornos considerando um nível aceitável de risco. Os ativos do plano de pensão são investidos em um fundo balanceado que tem uma alocação estática de 40% em investimentos de renda variável e 60% em instrumentos financeiros de renda fixa. A expectativa de retorno sobre os ativos do plano foi desenvolvida em conjunto com os consultores externos e foram levadas em consideração as expectativas de longo prazo para retornos futuros, baseados na estratégia de investimentos atuais da controlada SGUS.

	2023	2022
Investimentos dos ativos dos planos:		
Renda variável	19.680	20.352
Renda fixa	25.554	29.139
Caixa e equivalentes de caixa	935	949
	-----	-----
Valor de mercado dos ativos no final do ano	46.169	50.440
	=====	=====

A controlada SGUS espera contribuir R\$20.532 para os planos de benefício definido em 2024. Pagamentos de benefícios futuros para os próximos 10 anos são:

	Plano de pensão de benefício definido
2024	21.694
2025	21.177
2026	20.594
2027	13.013
2028	12.434
2029 – 2033	52.058

Os saldos dos benefícios provisionados e remuneração diferida estão demonstrados abaixo:

	2023	2022
Provisão para plano de pensão	121.533	123.746
Outras provisões de benefícios a funcionários	1.883	1.639
	-----	-----
Total do plano de aposentadoria e benefícios	123.416	125.385
	-----	-----
Circulante (a)	(16.957)	(10.804)
	-----	-----
Não circulante	106.459	114.581
	=====	=====

(a) Incluída na rubrica “Obrigações sociais e trabalhistas”.

21. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a. Capital realizado

O capital social subscrito e realizado está representado por 50.000.000 de ações ordinárias com direito a voto. Não houve movimentação do número de ações subscritas e realizadas para o período entre 1º de janeiro de 2022 e 31 de dezembro de 2023.

Considerando os eventos subsequentes a 31 de dezembro de 2023, vide maiores detalhes na nota explicativa nº28.d às demonstrações financeiras.

b. Dividendos e reserva de lucros a realizar

Aos acionistas é assegurado um dividendo correspondente a 1/3 do lucro líquido do exercício, ajustado conforme o Estatuto e a Lei das Sociedades por Ações.

c. Reserva de retenção de lucros

A reserva de retenção de lucros é constituída nos termos do artigo 196 da Lei nº 6.404/76 e tem como objetivo a aplicação em futuros investimentos.

d. Ajustes acumulados de conversão

São registrados como ajuste acumulado de conversão, a variação cambial dos investimentos líquidos de saldos com partes relacionadas no exterior, referente às controladas diretas e indiretas.

e. Ajustes de avaliação patrimonial

Representam a participação reflexa dos ganhos e perdas não realizados em: (i) mais valia apurada após o reconhecimento inicial das propriedades para investimento a valor justo de controladas; e (ii) ganhos e perdas atuariais de planos de benefício definido de controladas.

22. SALDOS E TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

	A receber		A pagar	
	2023	2022	2023	2022
Controladora:				
Coteminas S.A. – em recuperação judicial	-	-	47.195	36.003
	-----	-----	-----	-----
	-	-	47.195	36.003
	=====	=====	=====	=====
Consolidado:				
Companhia de Tecidos Norte de Minas – Coteminas - em recuperação judicial	195.406	152.093	-	-
Coteminas International Ltd.	15.777	5.717	-	-
Sucursal Argentina	10	24	-	-
Santanense Argentina	6	28	-	-
Companhia Tecidos Santanense - em recuperação judicial	-	20.467	-	-
	-----	-----	-----	-----
	211.199	178.329	-	-
	=====	=====	=====	=====
			Encargos financeiros receita (despesa)	
			2023	2022
Controladora:				
Coteminas S.A. - em recuperação judicial			-	(1.301)
Companhia de Tecidos Norte de Minas – Coteminas - em recuperação judicial			(32)	(2)
Companhia Tecidos Santanense - em recuperação judicial			(37)	-
			-----	-----
			(69)	(1.303)
			=====	=====
Consolidado:				
Companhia de Tecidos Norte de Minas – Coteminas - em recuperação judicial			36.750	26.176
Companhia Tecidos Santanense - em recuperação judicial			4.044	1.934
Coteminas International Ltd.			(12)	(40)
Encorpar Empreendimentos Imobiliários Ltda. - em recuperação judicial			(26)	(19)
Econorte - Empr. Constr. Norte de Minas Ltda.			(13)	(5)
Wembley S.A.			-	100
Seda S.A.			352	(14)
Parigi Imobiliária S.A.			(64)	-
			-----	-----
			41.031	28.132
			=====	=====

Os saldos referem-se a mútuos contratados com a Companhia em condições equitativas de acordo com as práticas de mercado. Os encargos são calculados de acordo com o custo médio dos empréstimos da companhia cedente do crédito.

Em Reunião do Conselho de Administração da Companhia, realizada em 29 de dezembro de 2015, foi autorizado o pagamento de comissão de 2% a.a. (dois por cento ao ano), limitado ao valor cumulativo de R\$47.750 sobre avais/garantias prestados pelo controlador sobre empréstimos e financiamentos tomados pela Companhia e suas controladas. Em 31 de dezembro 2023, não há saldo contabilizado na rubrica “Outros créditos a receber” no ativo circulante (R\$2.935 em 31 de dezembro de 2022), referentes a avais sobre contratos e linhas de créditos já existentes. Em 2023, foi apropriado o valor de R\$2.935 como despesa financeira na rubrica “Despesas bancárias, impostos, descontos e outros” (R\$2.936 em 2022).

Em 2023, a controlada CSA forneceu produtos intermediários para a parte relacionada Companhia Tecidos Santanense – em recuperação judicial, empresa ligada, no valor de R\$11.979 (R\$106.409 em 2022). O saldo a receber referente a essas transações está demonstrado na nota explicativa nº 5.

A Companhia de Tecidos Norte de Minas – Coteminas – em recuperação judicial (“CTNM”) e a controlada indireta AMMO possuem contrato de locação do imóvel onde se situam o seu centro de distribuição e seu escritório. Em 2023, foi apropriado como despesa de aluguel, o valor de R\$4.775 (R\$5.453 no mesmo período de 2022). Em Outubro de 2023, a CTNM alienou o referido imóvel para a controlada CSA (vide nota explicativa nº 9.5 às demonstrações financeiras). Em 2023, após o evento, foi apropriado como receita de aluguel entre as companhias, no valor de R\$955.

Em 31 de dezembro de 2023, a controlada indireta LAT Capital Ltd. possuía R\$10.975 (R\$22.749 em 31 de dezembro de 2022), em aplicações em fundos de investimentos e depósitos no exterior, recebidos da Coteminas International Ltd., empresa sob controle comum.

Todas as operações acima, de compra e venda de produtos e transações de mútuo são realizadas a preços e taxas de mercado.

Os valores pagos a diretores e pessoas-chave da Administração estão destacados nas demonstrações do resultado, sob a rubrica “Honorários da administração” e incluem os benefícios de longo prazo e pós-emprego, quando aplicáveis.

Os saldos dos honorários da administração estão demonstrados abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Conselheiros	1.326	1.248	2.652	2.000
Diretores estatutários	-	-	2.869	6.291
Outros diretores	-	-	10.689	9.871
	-----	-----	-----	-----
	1.326	1.248	16.210	18.162
	=====	=====	=====	=====

23. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

a) Considerações gerais--A Companhia e suas controladas podem realizar operações com instrumentos financeiros, derivativos e não derivativos, cujos riscos são administrados através de estratégias de posições financeiras e controles de limites de exposição aos mesmos. Todas as operações estão integralmente reconhecidas nas demonstrações financeiras e seus saldos estão descritos no quadro abaixo.

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
ATIVOS FINANCEIROS--				
Custo amortizado:				
Caixa e equivalentes de caixa	1	42	38.160	225.444
Títulos e valores mobiliários (c)	-	-	13.290	23.531
Duplicatas a receber	-	-	125.276	163.267
Outros créditos a receber	960	986	17.031	19.706
Títulos e valores mobiliários (nc)	-	1.925	8.632	10.395
Valores a receber – clientes	-	-	3.466	16.135
Partes relacionadas	-	-	211.199	178.329
Depósitos judiciais	-	-	12.822	13.216
Outros	-	-	24.945	50.638
PASSIVOS FINANCEIROS--				
Custo amortizado:				
Empréstimos e financiamentos (c)	5.188	10.405	680.547	640.395
Debêntures (c)	-	-	373.220	17.763
Fornecedores	321	3	293.448	272.960
Concessões governamentais (c)	-	-	242.201	56.253
Outras contas a pagar	-	-	52.159	73.768
Empréstimos e financiamentos (nc)	4.373	9.143	53.967	56.540
Debêntures (nc)	-	-	-	320.757
Partes relacionadas	47.195	36.003	-	-
Concessões governamentais (nc)	-	-	19.337	38.264
Outras obrigações	-	-	16.005	22.487

(c) circulante

(nc) não circulante

Os principais fatores de risco que a Companhia e suas controladas estão expostas refletem aspectos estratégico-operacionais e econômico-financeiros. Os riscos estratégico-operacionais (tais como, comportamento de demanda, concorrência, inovação tecnológica, mudanças relevantes na estrutura da indústria, entre outros) são inerentes a sua atividade e são endereçados pela administração da Companhia.

Os riscos econômico-financeiros refletem, principalmente, a inadimplência de clientes, o comportamento de variáveis macroeconômicas, como taxas de câmbio e de juros, bem como as características dos instrumentos financeiros que a Companhia e suas controladas utilizam e as suas contrapartes. Esses riscos são administrados por meio de políticas de controle, estratégias específicas e determinação de limites.

b) Valor justo--Os valores justos dos empréstimos e financiamentos e das debêntures aproximam-se aos valores do custo amortizado registrados nas demonstrações financeiras em função de serem indexados por taxas flutuantes de juros (CDI e IPCA), as quais acompanham as taxas de mercado. Considerando os vencimentos dos demais instrumentos financeiros, a Companhia estima que seus valores justos aproximam-se aos valores contábeis.

c) Classificação dos instrumentos financeiros--Com exceção dos instrumentos financeiros derivativos e determinados títulos e valores mobiliários que, quando aplicável, são classificados como mensurados ao "valor justo por meio de resultado", todos os ativos e passivos financeiros listados acima são classificados como mensurados ao "Custo Amortizado". Os instrumentos financeiros derivativos são avaliados como "Mensurados ao valor justo por meio do resultado" e a parcela referente ao hedge de fluxo de caixa, cuja efetividade possa ser mensurada, tem seus ganhos e perdas reconhecidos diretamente no patrimônio líquido como ajuste de avaliação patrimonial e apresentados na demonstração do resultado abrangente.

d) Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros derivativos e não derivativos:

d.1 - Objetivos e estratégias de gerenciamento de riscos--A Companhia acredita que o gerenciamento de riscos é importante na condução de sua estratégia de crescimento com rentabilidade. A Companhia está exposta a riscos de mercado, principalmente no que diz respeito a variações nas taxas de câmbio, preços de commodities (algodão) e volatilidade das taxas de juros. O objetivo de gerenciamento desses riscos é eliminar possíveis variações não esperadas nos resultados das empresas do grupo, advindas dessas variações.

O objetivo das operações de derivativos está sempre relacionado à eliminação dos riscos de mercado, identificados em nossas políticas e diretrizes e, também, com o gerenciamento da volatilidade dos fluxos financeiros. A medição da eficiência e avaliação dos resultados ocorre ao longo dos contratos. O monitoramento do impacto destas transações é analisado trimestralmente pelo Comitê de Gerenciamento de Caixa e Dívida onde a marcação a mercado destas transações é discutida e validada. Todos os instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos pelo seu valor justo nas demonstrações financeiras da Companhia. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, não havia operações com instrumentos derivativos em aberto.

d.2 - Política de uso de derivativos--Conforme política interna, o resultado financeiro da Companhia deve ser oriundo da geração de caixa do seu negócio e não de ganhos no mercado financeiro. Portanto, considera que a utilização de derivativos deve ser apenas para proteger eventuais exposições que ela possa ter decorrentes dos riscos nos quais ela está exposta, sem fins especulativos. A contratação de um derivativo tem como objetivo a redução da exposição aos riscos de mercado da Companhia.

d.3 - Risco de taxa de câmbio--Esse risco decorre da possibilidade da Companhia e suas controladas virem a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de câmbio, que reduzam valores nominais faturados ou aumentem valores captados no mercado.

d.3.1) Riscos de taxa de câmbio nos investimentos no exterior:

A Companhia possui investimentos no exterior que aumentam sua exposição cambial, a saber:

	2023				Variação cambial sobre investimentos no exterior R\$
	R\$	\$ARG	US\$	\$PYG	
Investimentos no exterior:					
Coteminas Argentina	40.921	6.833.409	-	-	(33.268)
LAT Capital	14.437	-	2.982	-	(1.479)
Textil Guarani	1.126	-	-	1.694.040	(90)
SGUS	325.832	-	67.303	-	(26.815)
	-----	-----	-----	-----	-----
	382.316	6.833.409	70.285	1.694.040	(61.652)
Partes relacionadas:					
LAT Capital	(71.172)	-	(14.701)	-	8.293
SGUS	(218.951)	-	(45.226)	-	16.969
	-----	-----	-----	-----	-----
	(290.123)	-	(59.927)	-	25.262
Total de investimentos líquidos	92.193	6.833.409	10.358	1.694.040	(36.390)
	=====	=====	=====	=====	=====

d.3.2) Riscos de taxa de câmbio nos instrumentos financeiros na Companhia e controladas:

Os valores referentes aos instrumentos financeiros sujeitos à exposição cambial da Companhia e de suas controladas brasileiras, são como segue:

Instrumentos financeiros	2023	2022
Duplicatas a receber	15.983	16.572
Fornecedores	(7.254)	(7.061)
Empréstimos e financiamentos	(65.823)	(75.194)
Partes relacionadas	(703)	(755)
	-----	-----
Total da exposição em Reais	(57.797)	(66.438)
	=====	=====
Total da exposição em milhares de dólares equivalentes	(11.938)	(12.733)
	=====	=====

A análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros acima, considerando os fluxos de recebimentos e pagamentos em dólares norte-americanos já contratados em 31 de dezembro de 2023 é como segue:

Vencimento	Risco	Valor da exposição US\$ mil	Cenários		
			Provável	II	III
2024	Alta do Dólar	(11.938)	(870)	(15.537)	(30.203)
		-----	-----	-----	-----
		(11.938)	(870)	(15.537)	(30.203)
		=====	=====	=====	=====

Os valores entre parênteses (negativos) demonstrados nos cenários acima, referem-se à variação cambial passiva, portanto despesa. Os valores positivos referem-se à receita. O cenário “Provável” representa o resultado da variação cambial provável considerando-se o fluxo de caixa dos ativos e passivos acima detalhados, aplicando-lhes as taxas futuras de dólares e comparando com a taxa do dólar no final do exercício atual. Para os cenários II e III, foi considerada uma variação das taxas futuras de Dólares em 25% e 50% respectivamente. As taxas futuras de dólares foram obtidas na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão.

d.4 - Risco de preços de commodities (algodão)--Esse risco decorre da possibilidade de a Companhia e suas controladas virem a incorrer em perdas por conta de flutuações no preço do algodão, sua principal matéria-prima. Em 2022, a Companhia registrou um ganho de R\$10.226.

d.5 - Risco de taxa de juros--O caixa e equivalentes de caixa e os títulos e valores mobiliários rendem aproximadamente o equivalente às taxas dos Certificados de Depósitos Interbancários – CDI. Os passivos (exceto os descritos em d.5.1 e d.5.2 abaixo) sobre os quais incidem juros equivalentes à LIBOR ou juros fixos estão demonstrados nas notas explicativas nº 13 e 22. Considerando-se os fluxos de caixa desses passivos e as taxas contratadas, a Administração da Companhia considera não relevante o efeito da exposição às variações de mercado nas taxas de juros contratadas. Portanto, não está apresentando a análise de sensibilidade para estes instrumentos financeiros.

d.5.1) Riscos de taxa de juros variáveis nos instrumentos financeiros derivativos:

Contratos de swap de taxa de juros--são classificados e registrados pelo seu valor justo e se baseiam no fluxo de caixa dos financiamentos denominados em moeda estrangeira. Tem seus ganhos e perdas realizados registrados no resultado, na rubrica “Despesas financeiras – juros sobre empréstimos”. Não houve aplicação em derivativos envolvendo taxas de juros nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022.

d.5.2) Riscos de taxa de juros variáveis nos instrumentos financeiros não derivativos:

Os principais valores referentes aos instrumentos financeiros não derivativos sujeitos à exposição de juros variáveis pelos Certificados de Depósitos Interbancários – CDI e Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA da Companhia e suas controladas, são como segue:

Descrição	2023			2022	
	Valor do principal R\$ mil	Juros provisionados	Encargos antecipados	Saldo contábil a pagar	Saldo contábil a pagar
Contrato de empréstimo -- Juros: 150,0% do CDI Contraparte: Banco Brasil S.A. – NCE Vencimento: novembro/2023	-	-	-	-	163.456

Descrição	2023			2022	
	Valor do principal R\$ mil	Juros provisionados	Encargos antecipados	Saldo contábil a pagar	Saldo contábil a pagar
Contrato de empréstimo -- Juros: 150,0% do CDI Contraparte: Banco Brasil S.A. – NCE Vencimento: novembro/2023	-	-	-	-	162.335
Contrato de empréstimo -- Juros: 130,0% do CDI Contraparte: Banco Brasil S.A. – NCE Vencimento: abril/2023	-	-	-	-	49.423
Contrato de empréstimo -- Juros: 120,0% do CDI Contraparte: Banco Brasil S.A. Vencimento: janeiro/2024	70.000	7.943	-	77.943	-
Contrato de empréstimo -- Juros: 120,0% do CDI Contraparte: Banco Brasil S.A. Vencimento: março/2030	103.031	11.689	-	114.720	-
Contrato de empréstimo -- Juros: 120,0% do CDI Contraparte: Banco Brasil S.A. Vencimento: março/2029	75.600	8.577	-	84.177	-
Contrato de empréstimo -- Juros: 120,0% do CDI Contraparte: Banco Brasil S.A. Vencimento: março/2030	95.857	10.875	-	106.732	-
Contrato de empréstimo -- Juros: 120,0% do CDI Contraparte: Banco Brasil S.A. Vencimento: março/2030	51.656	5.860	-	57.516	-
(referência à nota explicativa nº 13)				441.088	375.214
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 7,0% Contraparte: Banco BBM S.A. – CCB Vencimento: janeiro/2025	6.088	285	-	6.373	6.690
(referência à nota explicativa nº 13)				6.373	6.690
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 4,9% Contraparte: Banco ABC do Brasil S.A. – CCE Vencimento: dezembro/2025	2.887	6	-	2.893	5.351
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 4,9% Contraparte: Banco ABC do Brasil S.A. – CCE Vencimento: dezembro/2025	1.749	3	-	1.752	2.955
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 4,9% Contraparte: Banco ABC do Brasil S.A. – CCE Vencimento: dezembro/2025	1.673	3	-	1.676	2.955

Descrição	2023			2022	
	Valor do principal R\$ mil	Juros provisionados	Encargos antecipados	Saldo contábil a pagar	Saldo contábil a pagar
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 4,9% Contraparte: Banco ABC do Brasil S.A. – CCE Vencimento: dezembro/2025	1.673	3	-	1.676	2.955
(referência à nota explicativa nº 13)				7.997	14.216
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 6,1% Contraparte: Banco Bradesco S.A. Vencimento: abril/2024	4.936	254	-	5.190	7.643
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 6,3% Contraparte: Banco Bradesco S.A. Vencimento: junho/2027	26.384	1.498	-	27.882	30.463
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 6,0% Contraparte: Banco Bradesco S.A. Vencimento: abril/2023	-	-	-	-	3.055
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 6,3% Contraparte: Banco Bradesco S.A. Vencimento: junho/2027	10.744	785	-	11.529	-
(referência à nota explicativa nº 13)				44.601	41.161
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 9,8% Contraparte: Banco Daycoval S.A. Vencimento: outubro/2026	3.073	22	-	3.095	4.916
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 9,8% Contraparte: Banco Daycoval S.A. Vencimento: outubro/2026	3.339	60	-	3.399	5.342
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 7,1% Contraparte: Banco Daycoval S.A. Vencimento: outubro/2025	2.817	20	-	2.837	4.482
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 9,8% Contraparte: Banco Daycoval S.A. Vencimento: outubro/2026	4.135	86	-	4.221	6.538
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 9,8% Contraparte: Banco Daycoval S.A. Vencimento: outubro/2026	5.310	108	-	5.418	8.496
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 9,8% Contraparte: Banco Daycoval S.A. Vencimento: outubro/2026	4.042	84	-	4.126	6.467
(referência à nota explicativa nº 13)				23.096	36.241

Descrição	2023			2022	
	Valor do principal R\$ mil	Juros provisionados	Encargos antecipados	Saldo contábil a pagar	Saldo contábil a pagar
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 5,6% Contraparte: Banco Santander S.A. Vencimento: maio/2024	2.667	74	-	2.741	8.248
(referência à nota explicativa nº 13)				2.741	8.248
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 10,7% Contraparte: Banco Safra S.A. – CCB Vencimento: janeiro/2024	1.046	330	-	1.376	14.216
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 7,4% Contraparte: Banco Safra S.A. – CCB Vencimento: fevereiro/2023	-	-	-	-	2.497
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 6,8% Contraparte: Banco Safra S.A. – CCB Vencimento: outubro/2024	3.810	324	-	4.134	5.262
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 7,4% Contraparte: Banco Safra S.A. – CCB Vencimento: março/2023	-	-	-	-	5.063
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 7,4% Contraparte: Banco Safra S.A. – CCB Vencimento: fevereiro/2023	-	-	-	-	5.043
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 7,4% Contraparte: Banco Safra S.A. – CCB Vencimento: março/2023	-	-	-	-	5.076
(referência à nota explicativa nº 13)				5.510	37.157
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 6,0% Contraparte: Banco Fibra S.A. Vencimento: outubro/2023	-	-	-	-	14.973
Contrato de empréstimo -- Juros: 168,0% do CDI Contraparte: Banco Fibra S.A. Vencimento: novembro/2024	19.599	30	-	19.629	-
(referência à nota explicativa nº 13)				19.629	14.973
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 8,1% Contraparte: Banco Sofisa S.A. Vencimento: janeiro/2023	-	-	-	-	10.167
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 6,8% Contraparte: Banco Sofisa S.A. Vencimento: novembro/2024	3.560	275	-	3.835	6.492
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 7,4% Contraparte: Banco Sofisa S.A. Vencimento: maio/2025 (*)	-	-	-	-	4.091

Descrição	2023			2022	
	Valor do principal R\$ mil	Juros provisionados	Encargos antecipados	Saldo contábil a pagar	Saldo contábil a pagar
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 8,3% Contraparte: Banco Sofisa S.A. Vencimento: fevereiro/2028	18.800	3.520	-	22.320	-
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 8,3% Contraparte: Banco Sofisa S.A. Vencimento: fevereiro/2028	4.200	725	-	4.925	-
(referência à nota explicativa nº 13)				31.080	20.750
Contrato de empréstimo -- Juros: 180,0% do CDI Contraparte: Caixa Econômica Federal - CCB Vencimento: abril/2023	-	-	-	-	5.597
(referência à nota explicativa nº 13)				-	5.597
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 9,1% Contraparte: Banco Pine S.A. Vencimento: janeiro/2024	149	9	-	158	566
(referência à nota explicativa nº 13)				158	566
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 18,0% Contraparte: Banco Industrial do Brasil S.A. Vencimento: dezembro/2023	-	-	-	-	1.031
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 5,2% Contraparte: Banco Industrial do Brasil S.A. Vencimento: junho/2024	26.600	152	-	26.752	-
(referência à nota explicativa nº 13)				26.752	1.031
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 3,9% Contraparte: Banco ABC do Brasil S.A. – CCE Vencimento: dezembro/2025	5.047	9	-	5.056	6.448
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 6,0% Contraparte: Banco ABC do Brasil S.A. Vencimento: dezembro/2025	2.450	5	-	2.455	-
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 6,3% Contraparte: Banco ABC do Brasil S.A. Vencimento: dezembro/2025	2.012	4	-	2.016	4.467
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 6,3% Contraparte: Banco ABC do Brasil S.A. Vencimento: abril/2023	-	-	-	-	505
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 6,3% Contraparte: Banco ABC do Brasil S.A. Vencimento: abril/2023	-	-	-	-	505
(referência à nota explicativa nº 13)				9.527	11.925

Descrição	2023			2022	
	Valor do principal R\$ mil	Juros provisionados	Encargos antecipados	Saldo contábil a pagar	Saldo contábil a pagar
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 8,9% Contraparte: Banco Luso Brasileiro S.A. Vencimento: março/2027	9.792	596	-	10.388	-
(referência à nota explicativa nº 13)				10.388	-
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 14,7% Contraparte: SFT Fundo de Investimento em direitos creditórios Vencimento: setembro/2025	4.804	164	-	4.968	-
(referência à nota explicativa nº 13)				4.968	-
Debêntures 5ª série -- Juros: IPCA + 9,25% a.a. Contraparte: Diversos debenturistas Vencimento: julho/2031	121.333	21.831	(2.014)	141.150	152.475
(referência à nota explicativa nº 14)				141.150	152.475
	700.863	76.209	(2.014)	775.058	726.244
	=====	=====	=====	=====	=====

(*) Contratos encerrados antecipadamente devido a renegociações.

A análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros não derivativos acima, considerando os fluxos de pagamentos do principal e juros em 31 de dezembro de 2023, é como segue:

Vencimento	Risco	Saldo médio	Cenários		
			Provável	II	III
2024	Alta da taxa	675.546	73.739	80.471	93.368
2025	Alta da taxa	422.645	58.528	58.443	67.836
2026	Alta da taxa	311.037	42.303	44.432	51.712
2027	Alta da taxa	224.929	29.835	32.652	38.105
2028	Alta da taxa	150.072	19.931	22.170	25.829
2029	Alta da taxa	81.107	10.711	11.745	13.551
2030	Alta da taxa	28.439	2.663	2.719	2.946
2031	Alta da taxa	5.333	398	396	421
			=====	=====	=====

Os valores demonstrados nos cenários acima referem-se à projeção da despesa de juros em seus respectivos anos e cenários, considerando-se os saldos médios dos empréstimos em cada ano. O cenário "Provável" representa o resultado da evolução da taxa de juros, considerando-se as taxas futuras do CDI e IPCA e os vencimentos do principal e dos juros. Para os cenários II e III, foi considerado um aumento das taxas futuras do CDI e IPCA em 25% e 50% respectivamente. As taxas de juros futuras do CDI foram obtidas na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão e as taxas de juros futuras do IPCA foram obtidas no Relatório Focus do Banco Central do Brasil.

d.6 - Risco de crédito--A Companhia está sujeita ao risco de crédito com respeito ao caixa e equivalentes de caixa e aos títulos e valores mobiliários. Esse risco é mitigado pela política de efetuar transações financeiras somente em instituições financeiras de grande porte.

O risco de crédito em duplicatas a receber é reduzido devido à seletividade dos clientes e a política de concessão de créditos. A Companhia possui um sistema de gestão de crédito baseado na combinação das informações oriundas de diversos departamentos da Companhia, principalmente as áreas comercial, financeira, contábil, jurídica e fontes externas que abastecem o departamento de crédito e cobrança visando à estipulação de limites de crédito para os seus clientes que são aprovados por órgão colegiado.

d.7 - Gestão de liquidez-- Os passivos financeiros da Companhia, de acordo com os vencimentos dos seus fluxos de caixa, com base na data mais próxima de sua liquidação, e utilizando as taxas de juros nominais contratadas, podem ser resumidos como segue:

Obrigações contratuais	Total	Prazo de liquidação previsto			
		Menos de 1 ano	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Mais de 5 anos
Empréstimos e financiamentos	911.238	440.069	260.862	142.172	68.135
Debêntures	946.967	53.509	62.542	60.979	769.937
Fornecedores	297.100	293.449	3.651	-	-
Arrendamento a pagar	295.889	52.293	92.442	151.154	-
	-----	-----	-----	-----	-----
	2.451.194	839.320	419.497	354.305	838.072
	=====	=====	=====	=====	=====

d.8 - Gestão de capital--A Companhia administra sua estrutura de capital para assegurar a continuidade de suas atividades operacionais e ao mesmo tempo maximizar o retorno aos seus acionistas. A estratégia da Companhia permaneceu inalterada no período coberto por estas demonstrações financeiras.

A dívida líquida da Companhia pode ser assim composta:

	Consolidado	
	2023	2022
Empréstimos e financiamentos	734.514	696.935
Debêntures	373.220	338.520
Caixa e equivalentes de caixa	(38.160)	(225.444)
Títulos e valores mobiliários	(21.922)	(33.926)
	-----	-----
Total da dívida líquida	1.047.652	776.085
	-----	-----
Total do patrimônio líquido	(724.519)	378.671
	-----	-----
Total da dívida líquida e patrimônio líquido	323.133	1.154.756
	=====	=====

24. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

Segmentos operacionais são definidos como componentes de um empreendimento para os quais informações financeiras separadas estão disponíveis e são avaliadas de forma regular pelo principal tomador de decisões operacionais, com o objetivo de alocar recursos para um segmento individual e avaliar seu desempenho. As decisões relativas a planejamento estratégico, financeiro, compras, investimentos e aplicação de recursos, bem como a avaliação de desempenho dos investimentos e dos principais executivos da Companhia são feitas em base consolidada. A Companhia e suas controladas possuem dois segmentos operacionais distintos: "Atacado" e "Varejo".

A Companhia possui diversas fábricas que se suprem entre si de forma que, em seu conjunto, formam uma indústria integrada de fiação, tecelagem, acabamento e confecção de produtos têxteis para o lar. Não há na Companhia a segmentação operacional entre as categorias de vendas, sendo os relatórios suportes à tomada de decisões estratégicas e operacionais sempre consolidados. Não há unidades operacionais específicas para cada categoria de produtos vendidos e, portanto, essas operações estão sob a denominação de segmento de “Atacado”, pois seus produtos são vendidos para clientes que não são os consumidores finais.

As controladas indiretas AMMO e C7S possuem um conjunto de informações isoladas e decisões de investimentos, preços, expansão de lojas, venda multicanal, entre outros, que são tomadas à parte e se constituem no segmento “Varejo”, pois suas vendas são realizadas aos consumidores finais dos produtos.

As vendas realizadas pela controlada CSA para a controlada indireta AMMO são excluídas no quadro abaixo, no segmento Atacado, para que seja demonstrado somente as vendas realizadas para terceiros e que coincidam com a gestão de cada segmento de negócio, Atacado e Varejo. A avaliação do desempenho de cada segmento, não inclui as vendas realizadas entre as companhias.

As informações financeiras separadas pelos segmentos de negócios acima explicados são como seguem (em milhões de reais):

	2023		
	Atacado	Varejo	(*) Outros não alocáveis
Receita operacional líquida	352,7	333,7	-
Custo dos produtos vendidos	(283,6)	(171,0)	-
Custo de ociosidade e outros	(221,4)	-	-
Lucro bruto	(152,3)	162,7	-
Despesas de vendas, gerais e administrativas	(142,7)	(232,3)	(15,5)
Variação do valor justo de propriedades para investimento	2,9	-	-
Provisão para reestruturação	(38,7)	-	-
Baixa precatórios, líquidos	(62,6)	-	-
Provisão para desvalorização de ativos permanentes	(49,3)	-	-
Baixa ágio de controlada	(27,3)	-	-
Provisão para desvalorização de outros investimentos	-	-	(107,6)
Outros	(21,6)	(1,6)	(3,3)
Resultado das operações	(491,6)	(71,2)	(126,4)
Resultado financeiro (sem variação cambial)	-	(85,3)	(259,6)
Variação cambial	-	0,3	(19,7)
Resultado antes dos impostos	(491,6)	(156,2)	(405,7)
Depreciação e amortização	60,0	28,8	4,0
	=====	=====	=====

	2022			
	Atacado	Varejo	(*) Outros não alocáveis	Total
Receita operacional líquida	836,8	380,6	-	1.217,4
Custo dos produtos vendidos	(683,0)	(196,7)	-	(879,7)
Custo de ociosidade e outros	(175,1)	-	-	(175,1)
Lucro bruto	(21,3)	183,9	-	162,6
Despesas de vendas, gerais e administrativas	(230,3)	(218,5)	(17,9)	(466,7)
Variação do valor justo de propriedades para investimento	65,3	-	-	65,3
Outros	(7,7)	(5,5)	2,3	(10,9)
Resultado das operações	(194,0)	(40,1)	(15,6)	(249,7)
Resultado financeiro (sem variação cambial)	-	(45,6)	(292,2)	(337,8)
Variação cambial	-	(0,2)	(19,0)	(19,2)
Resultado antes dos impostos	(194,0)	(85,9)	(326,8)	(606,7)
Depreciação e amortização	65,3	28,2	4,7	98,2
	=====	=====	=====	=====

(*) Inclui despesas da controladora e resultados das operações da controlada SGUS.

A Companhia em suas análises sobre o desempenho de vendas, classifica seus produtos de acordo com as categorias de venda (ou linhas de produtos) como: cama, mesa e banho, produtos intermediários e varejo.

As informações de venda por categoria ou linha de produtos são como segue:

	Consolidado	
	2023	2022
Vendas líquidas (em milhões de Reais):		
Cama, mesa e banho	339,4	660,5
Produtos intermediários	13,3	176,3
Varejo	333,7	380,6
	-----	-----
	686,4	1.217,4
	=====	=====
Volumes (toneladas mil):		
Cama, mesa e banho	5,5	13,3
Produtos intermediários	1,5	10,9
	-----	-----
	7,0	24,2
	=====	=====

A Companhia possui mais de 10.000 clientes ativos no segmento atacado em 31 de dezembro de 2023.

25. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

Segue, abaixo, a conciliação entre a receita bruta e a receita operacional líquida apresentada na demonstração de resultado:

	Consolidado	
	2023	2022
RECEITA OPERACIONAL:		
Receitas brutas	873.077	1.662.356
Deduções das receitas	(186.635)	(444.911)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	686.442	1.217.445
	=====	=====

26. DESPESAS POR NATUREZA

A Companhia apresenta a demonstração do resultado consolidado por função. A seguir apresenta as despesas por natureza e sua classificação por função.

Por natureza:

	Consolidado	
	2023	2022
Custos das matérias primas, mercadorias e serviços adquiridos de terceiros	(473.867)	(947.556)
Benefícios a empregados	(333.889)	(335.789)
INSS	(43.238)	(43.057)
Depreciação e amortização	(92.766)	(98.206)
Variação dos estoques de produtos acabados e em elaboração	(122.821)	(96.909)
Total por natureza	(1.066.581)	(1.521.517)
	=====	=====

Por função:

	Consolidado	
	2023	2022
Custo dos produtos vendidos	(454.645)	(879.747)
Custo de ociosidade e outros	(221.446)	(175.097)
Vendas	(247.458)	(315.998)
Gerais e administrativas	(126.822)	(132.513)
Honorários da administração	(16.210)	(18.162)
Total por função	(1.066.581)	(1.521.517)
	=====	=====

27. PREJUÍZO BÁSICO E DILUÍDO POR AÇÃO

O prejuízo básico por ação foi calculado como segue:

	2023	2022
PREJUÍZO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	(1.065.922)	(630.785)
Número médio ponderado das ações ordinárias	50.000.000	50.000.000
PREJUÍZO BÁSICO E DILUÍDO POR AÇÃO (R\$)	(21,3184) =====	(12,6157) =====

A Companhia não possui ações com potencial efeito dilutivo. Portanto, o prejuízo básico por ação é igual ao prejuízo diluído por ação.

28. EVENTOS SUBSEQUENTES

a) Reestruturação operacional

Em julho de 2023, no contexto de reestruturação de seu plano de negócios, a controlada CSA firmou acordo com os sindicatos dos trabalhadores em Montes Claros, Blumenau e João Pessoa, para redução do quadro de funcionários e seus termos de pagamento. Com o referido acordo, uma redução de 1.709 funcionários ocorreria em até 90 dias, passando a controlada CSA a ter 4.272 funcionários no Brasil. Os custos iniciais estimados com multas e benefícios acordados somam aproximadamente R\$42.929, e seriam pagos em até 12 parcelas. Em 2023, os custos destas rescisões corresponderam a R\$38.673. Para os casos de rescisão indireta, as provisões trabalhistas foram complementadas. Vide notas explicativa nº19 às demonstrações financeiras.

Entre outubro de 2023 e abril de 2024, no âmbito dos acordos sindicais, a controlada CSA incluiu a demissão de mais 2.710 funcionários em seu plano de reestruturação. Os custos totais das demissões, com multas e benefícios acordados somam aproximadamente R\$104,0 milhões, dos quais R\$81,7 milhões foram incluídos na Recuperação Judicial.

Considerando o aumento dos processos judiciais trabalhista após Dezembro de 2023 até Agosto de 2024, a controlada CSA complementou o saldo de provisão para perdas trabalhistas em aproximadamente R\$ 52,2 milhões, que não estão refletidos nessas demonstrações financeiras.

Em 2 de abril de 2024, a Companhia divulgou fato relevante onde informa a consolidação do parque fabril da controlada CSA com a desativação de duas plantas industriais e consequentemente a disponibilização dessas plantas para venda ou arrendamento. Os impactos contábeis dessas medidas somente serão refletidos nas Informações Trimestrais de março de 2024, com a classificação em "Propriedades para Investimento".

O valor justo dessas unidades fabris, apurados em laudo de avaliação feito pela Mercatto, sem a inclusão de máquinas e equipamentos que serão disponibilizados para a venda, é de R\$510,1 milhões com um aumento no patrimônio líquido de R\$274,8 milhões, líquidos da provisão para imposto de renda.

Em 2024, no contexto de uma reestruturação operacional e ajuste de seu capital de giro, a administração da controlada indireta AMMO decidiu pelo fechamento de 33 lojas próprias que ainda estão em curso. Com essa decisão, os valores referentes as benfeitorias em imóveis de terceiros e outros ativos imobilizados, como também aos pontos comerciais, deixaram de ser recuperáveis e, portanto, foi efetuada provisão para perdas na realização desses ativos no valor de R\$4.243 e R\$5.761 respectivamente, já reconhecidas nestas demonstrações financeiras (vide notas explicativas nº 10 e nº 12).

b) Repactuação de empréstimos e financiamentos

Banco do Brasil – Em março de 2024, a controlada CSA repactuou dívidas dos empréstimos NCE no montante de R\$449.849, considerando taxa de juros anual de 100% CDI e vencimento para dezembro de 2033. A amortização mensal dos juros a partir de 2026 e do principal a partir de 2029. Em abril de 2024, a controlada CSA repactuou dívidas dos empréstimos ACC no montante de R\$49.815, considerando taxa de juros anual de 6,52% e vencimento para janeiro de 2025. Os empréstimos são garantidos por: (i) imóveis, máquinas e equipamentos, gravados em 1º grau; (ii) fiança do controlador e da Companhia; e (iii) por duplicatas a receber.

Banco Safra – Em março de 2024, a controlada CSA realizou acordo extrajudicial, repactuando dívidas no montante de R\$3.610, considerando taxa anual de 6,2% + CDI e vencimento até fevereiro de 2029. A amortização do principal a partir de abril de 2025. O empréstimo é garantido por aval.

Banco Luso Brasileiro - Em março de 2024, a controlada CSA entregou o imóvel de Acreúna em Dação de pagamento para quitação de empréstimo com o Banco no valor de R\$11.253, com opção de recompra do imóvel e direito de preferência. Com a transação, os empréstimos com o banco foram quitados em sua totalidade. Nesta operação houve uma perda no montante de R\$19.114, já provisionados nessas demonstrações financeiras. Vide nota explicativa nº10.b.2 às demonstrações financeiras.

Banco Sofisa - Em março de 2024, a controlada CSA entregou imóveis em Dação de pagamento para quitação parcial de empréstimos com o Banco no valor de R\$27.871. Nesta operação houve um ganho de R\$25.848, que não estão refletidos nessas demonstrações financeiras. Em novembro de 2024, a controlada CSA repactuou dívidas dos empréstimos no montante de R\$4.062, considerando vencimento até novembro de 2029, a amortização do principal a partir de dezembro de 2025. O empréstimo é garantido por aval e penhora de imóveis

Banco Bradesco - Em março de 2024, a controladora CTNM realizou um acordo extrajudicial com o Município de Blumenau e Banco Bradesco, através de desapropriação de imóvel com recebimento de R\$21.978, a ser realizado da seguinte forma:

a) Justiça do Trabalho de Blumenau no montante total de R\$11.257, recebimento em 20 parcelas mensais iguais atualizadas pela variação positiva da taxa SELIC (taxa básica de juros da economia) para abatimento de dívidas trabalhistas da controlada CSA no Município.

b) Banco Bradesco no montante total de R\$1.965, recebimento em 4 parcelas mensais iguais atualizadas pela variação positiva da taxa SELIC que abaterá parcelas atrasadas do empréstimo da Companhia com a FINEP (operação afiançada pelo Banco Bradesco).

c) controlada CSA no montante total de R\$8.756, recebimento em 16 parcelas mensais iguais atualizadas pela variação positiva da taxa SELIC. Os valores a receber pela controlada CSA serão destinados a um fundo de reservas para quitação do empréstimo da SGPSA com a FINEP.

Banco Daycoval – Em abril de 2024, a controlada CSA repactuou dívidas dos empréstimos NCE no montante de R\$21.084, considerando taxa de juros anual de 9,25% + CDI e vencimento para outubro de 2026. Em abril de 2024, a controlada CSA repactuou empréstimo CCB no montante de R\$2.689, considerando taxa de juros anual de 19,14% + CDI e vencimento para outubro de 2025. Em setembro de 2024, a controlada CSA repactuou dívidas dos empréstimos no montante de R\$26.074, considerando taxa de juros anual de 1,5% + CDI e vencimento para abril de 2026. Os empréstimos são garantidos por: (i) avais do controlador; e (ii) alienação fiduciária de bens imóveis.

Banco Industrial do Brasil – Em 06 de maio de 2024, a controlada CSA em conjunto com a Companhia Tecidos Santanense e a controladora CTNM, entregaram imóveis em Dação de pagamento para quitação de seus empréstimos com o Banco, no valor total de R\$64.340 (R\$ 21.631 em empréstimos da controlada

CSA), via mútuo com as empresas proprietárias dos imóveis (controladora CTNM, Encorpar Empreendimentos Imobiliários e Seda S.A.)

Banco Fibra – Em junho de 2024, a controlada CSA repactuou dividas dos empréstimos no montante de R\$ 21.599, considerando taxa de juros anual de 3% +CDI durante 24 meses e após, taxa de juros anual de 6,75% +CDI e vencimento para junho de 2029. A amortização anual do principal a partir de 2025. Os empréstimos são garantidos por: (i) avais do controlador e da controladora CTNM (ii) cessão fiduciária de duplicatas, direitos creditórios e cédula de produto rural (iii) alienação fiduciária de bens imóveis.

As repactuações apresentadas acima não estão refletidas nas apresentações do balanço e notas explicativas das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2023.

c) Debentures - AMMO.

Em dezembro de 2023, pelo não cumprimento de certas cláusulas contratuais não pecuniárias, o debenturista Odernes enviou correspondência para a sua controlada indireta AMMO, e para a controlada CSA notificando ambas de que foi verificada a quebra de cláusula contratual e que poderia pedir o vencimento antecipado das debêntures, mas não o fez.

Em fevereiro de 2024 foram assinados aditivos aos contratos de garantias e à escritura das debêntures emitidas pela controlada indireta AMMO, prestando garantias adicionais e, em contrapartida às garantias adicionais, foi concedido um prazo adicional de 1 ano para juntos, debenturista, controlada indireta AMMO Varejo e a controlada CSA, encontrarem uma solução para a liquidação das debêntures.

Em 8 de maio de 2024, a Companhia e a controlada indireta AMMO divulgaram fato relevante sobre notificação enviada pelo debenturista Ordenes, alegando o vencimento antecipado, e a consequente excussão das garantias exigindo a consolidação da propriedade das ações de emissão da controlada indireta AMMO.

A controlada CSA, por sua vez, contranotificou o debenturista informando não terem se configurado o vencimento antecipado da dívida representada pelas Debêntures, muito menos a possibilidade de serem executadas as ações da AMMO ou a transferência de tais ações para qualquer outra empresa.

Neste contexto, com o objetivo de garantir a preservação das atividades empresariais e de ativos das Companhias e suas controladas, que ficariam sujeitas a dano irreparável, a controlada CSA juntamente com outras empresas do grupo, em 6 de maio de 2024, requereram Recuperação Judicial e obtiveram deferimento, em sede liminar, de seus pedidos.

Em 17 de julho de 2024, foi assinado acordo entre o debenturista e a controlada AMMO, e outras empresas do Grupo para prorrogar o vencimento das debêntures e extinguir disputa entre as partes. No referido acordo, além de garantias adicionais, inclusive a marca Mmartan, foram pactuados pagamentos trimestrais a partir de dezembro de 2025 de parcelas fixas de R\$3.750 até dezembro de 2029, e pagamento do saldo devedor até dezembro de 2029. Desde que cumpridas certas condições acordadas, sobre o principal não haverá incidência de juros e também se atingindo o pagamento de US\$34.541 mil até dezembro de 2029 o saldo devedor remanescente da dívida será extinto a título de bônus de adimplência e ocorrerá o consequente cancelamento das debêntures

d) Outros eventos subsequentes

- Grupamento de ações - Em Assembleia Geral Extraordinária de acionistas da Companhia, realizada em 29 de maio de 2024, foi aprovado o grupamento da totalidade de ações de emissão da Companhia na proporção de 5 ações para 1 ação da mesma espécie sem modificação do valor de seu capital social.

* * * * *

SPRINGS GLOBAL PARTICIPAÇÕES S.A.**(em recuperação judicial)**

CNPJ/MF Nº 07.718.269/0001-57

NIRE 3130002243-9

Companhia Aberta

Nos termos do artigo 25, v, da Instrução CVM 480/09, segue declaração da diretoria sobre o relatório dos auditores independentes

**DECLARAÇÃO DA DIRETORIA SOBRE O PARECER DOS AUDITORES
INDEPENDENTES**

Em atendimento ao inciso V do artigo 25 da Instrução CVM Nº 480, de 7 de dezembro de 2009, a Diretoria declara que revisou, discutiu e concordou com o conteúdo e opinião expressos no relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras da Companhia do exercício de 2023, emitido nesta data.

São Paulo, 24 de janeiro de 2025.

SPRINGS GLOBAL PARTICIPAÇÕES S.A.

Josué Christiano Gomes da Silva
Diretor Presidente

Barbara Gomes da Silva
Diretora

Josué Christiano Gomes da Silva
Diretor de Relações com Investidores

SPRINGS GLOBAL PARTICIPAÇÕES S.A.
(em recuperação judicial)

CNPJ/MF Nº 07.718.269/0001-57

NIRE 3130002243-9

Companhia Aberta

Nos termos do artigo 25, vi, da Instrução CVM 480/09, segue declaração da diretoria sobre as demonstrações financeiras.

**DECLARAÇÃO DA DIRETORIA SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS**

A Diretoria declara que revisou, discutiu e concordou com as Demonstrações Financeiras da Companhia referentes ao exercício de 2023, autorizando sua conclusão nesta data, em atendimento ao inciso VI do artigo 25 da Instrução CVM Nº 480, de 7 de dezembro de 2009.

São Paulo, 24 de janeiro de 2025.

SPRINGS GLOBAL PARTICIPAÇÕES S.A.

Josué Christiano Gomes da Silva
Diretor Presidente

Barbara Gomes da Silva
Diretora

Josué Christiano Gomes da Silva
Diretor de Relações com Investidores